



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
COLEGIADO DE URBANISMO**

FABIANA OLIVEIRA PEREIRA

**MSTS – MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR:
TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO PARA O
ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA DE MORADIA NA CAPITAL
BAIANA**

Salvador
2006

FABIANA OLIVEIRA PEREIRA

**MSTS – MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR:
TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO PARA O
ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA DE MORADIA NA CAPITAL
BAIANA**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Professora MS. Cleide Magáli dos Santos.

Salvador
2006

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a importante contribuição de algumas pessoas, a quem quero agradecer:

Primeiro, à minha família, em especial à minha mãe, por tudo, pela compreensão e força dedicada a mim durante toda a vida, e principalmente, nesta fase de conclusão do Curso. Obrigada por acreditar em mim.

À Cleide Magáli, minha orientadora, sempre paciente e atenciosa, que assumiu verdadeiramente o papel de mestre durante a execução deste estudo. Obrigada por sua dedicação e estímulo.

À todos os representantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS), em especial à Carla Alvim e Idelmário Proença, pela atenção dedicada, fundamental ao entendimento do MSTS.

Aos amigos Aline Schindler, Valdemir Vieira, Lesdli Carneiro, Robertha Barros e Cássio Marcelo pelo apoio, sugestões e importantes contribuições para aperfeiçoamento deste trabalho.

À João Pereira, por sua generosa e importante contribuição, sempre atencioso.

Aos professores do Curso de Urbanismo, em especial à Professora Miriam Velasco, por sua generosidade e sugestões relevantes.

À todos aqueles que me atenderam, em especial, aos entrevistados, quando os busquei solicitando informações sobre o assunto pesquisado.

Muito obrigada! Seu apoio, dedicação, generosidade e confiança foi fundamental e enriquecedor, além de contribuir para o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

“(...) os movimentos sociais urbanos não são só um tema de investigação. Nascem e desenvolvem-se nos fatos de todos os dias, pondo novos problemas e lançando novos desafios, com um grito de vida e luta que cobre os mitos tecnocráticos da racionalidade urbana. Um grito que avisa com força que o poder urbano, também, está na rua.”

Manuel Castells, 1976.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ocupações do MSTS em 2003.	80
Figura 2	Ocupações do MSTS em 2004.	83
Figura 3	Ocupações do MSTS em 2005.	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de (MSTS) em 2003.	79
Quadro 2 – Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) em 2004.	82
Quadro 3 - Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) em 2005.	85

LISTA DE SIGLAS (CONTINUAÇÃO)

PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNH	Política Nacional de Habitação
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PSI	Projetos de Saneamento Integrado
PTS	Programa de Trabalho Social
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SECOMP	Secretaria Estadual de Combate à Pobreza
SEDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEFAZ	Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador
SEHAB	Secretaria Municipal da Habitação de Salvador
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Salvador
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS	Universidade Salvador

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas questões que envolvem o ambiente urbano brasileiro, a falta de moradia certamente representa um dos mais sérios problemas enfrentados pela maioria da população, especialmente de baixa renda e, se expressa em números que comprovam o déficit habitacional. No entanto, ao longo do século XX, as políticas públicas sociais do Estado Brasileiro se apresentam quando muito como soluções precárias.

O outro lado desse fenômeno mostra que sem acesso a recursos e financiamentos para a obtenção da casa própria, a população pobre vem construindo suas próprias alternativas de habitabilidade, por vezes em locais inadequados, à revelia da legislação urbanística e ambiental e correndo riscos de desabamentos, inundações, e outros sérios problemas.

Hoje, no âmbito federal, existem programas habitacionais voltados para essa população de baixa renda, no entanto, alguns programas como o Crédito Solidário possuem critérios que excluem aqueles que perfazem o perfil da maioria dos integrantes dos movimentos sociais pela moradia, uma vez que estes fazem parte da massa de trabalhadores que está fora do mercado formal de trabalho, portanto sem renda fixa, dependentes essencialmente de subsídios públicos para a obtenção da moradia digna.

Nesse contexto, cresceu no Brasil o número de iniciativas por parte de atores locais, especialmente de movimentos sociais e associações populares, na busca de “novos” caminhos para a superação destas condições numa tentativa de construção de cidades mais justas e humanas. Nas grandes cidades brasileiras, como em Recife, São Paulo, Salvador dentre outras, atores sociais se mobilizam visando garantir o direito à habitação.

No município de Salvador, a questão habitacional é problemática em diversos aspectos, sejam eles de caráter quantitativo ou qualitativo, e isto não é novidade. Nesta cidade não faltam oportunidades de moradia para quem pode pagar, o problema consiste no fato de que a maioria da população é composta por trabalhadores com pequeno, ou até mesmo, em alguns casos, nenhum poder aquisitivo.

Nota-se que em Salvador, a luta pela moradia não é um fato recente. Desde a década de 40 do século passado parte da população se mobiliza em busca de alternativas habitacionais. As ocupações de áreas para a habitação ocorridas nesta época como Corta-Braço e Pero Vaz são exemplos destas mobilizações populares originárias de um grupo social que não dispunha de meios financeiros legais para obter sua própria casa.

Em 2003, alguns moradores que habitavam uma área próxima ao bairro de Mussurunga ocuparam um terreno abandonado na Estrada Velha do Aeroporto, numa ação semelhante à acontecida na década de 40 do século XX. Eles pretendiam apenas “conquistar” um local em que pudessem construir suas casas. No entanto, outras pessoas vendo esta ocupação decidem agregar-se a ela. Assim, com o seu crescimento em termos populacionais surgia um movimento social que, apesar da repressão sofrida pelos órgãos públicos e pelo poder policial, se estabeleceu e se expandiu para outras áreas da cidade. Trata-se do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS).

O MSTS vem se destacando em Salvador dentre os movimentos populares atuantes na luta pela moradia pressionando o Estado, através da ocupação de prédios e terrenos vazios, com o objetivo de garantir este direito fundamental à pessoa humana, a habitação digna. Sua trajetória ainda é pouco conhecida até mesmo nos meios acadêmicos, entre aqueles que abordam cotidianamente a temática da moradia. No entanto, este Movimento se expande, ganha força e conquista seus espaços nas discussões com órgãos públicos responsáveis pela habitação no âmbito municipal, estadual e federal.

Desse modo, o presente estudo aborda a questão da habitação através de uma investigação sobre o Movimento dos Sem Teto de Salvador. Foi analisada sua trajetória de atuação, desde o seu surgimento em julho de 2003 até o presente momento, identificando suas possíveis contribuições para o enfrentamento do problema de moradia na capital baiana. Além disso, como “ pano de fundo”, aborda também o reconhecimento legal do direito à moradia, a política habitacional no Brasil atual, as condições de moradia em Salvador e a atuação do órgão gestor da área de habitação no município, a SEHAB.

Assim, espera-se com este trabalho contribuir para a identificação e compreensão da problemática da habitação na cidade de Salvador, em especial a situação da população de baixa renda, e os resultados das ações dos grupos populares, neste caso, do MSTs. Buscou-se também analisar as formas de diálogo que o Movimento mantém com o Estado e com outros grupos que atuam nas lutas populares pela moradia e pelo direito à cidade, desde a sua primeira ocupação, e os resultados de suas manifestações, quantificando as conquistas do Movimento em termos de acordos e unidades habitacionais.

Constatou-se que apesar de ser um Movimento relativamente novo na cidade, já estabeleceu canais de discussão e participação freqüentes com o Poder Público, obtendo o reconhecimento deste e visibilidade da sociedade ao ocupar alguns locais de distintos interesses imobiliários, como o Clube Português na Pituba.

Para tudo isso, visando penetrar nessa investigação, se fez necessário recorrer a vários campos de conhecimento tais como a sociologia urbana, a antropologia, a história e o direito.

E ao apresentar este trabalho, me alinho ao Movimento quando defendo que o direito à moradia é um direito humano fundamental e reconhecido na Constituição Brasileira e por Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, mas que por enquanto, não faz valer.

Mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Salvador (UNIFACS), portanto ainda não publicados. Assim, a maior fonte de dados vem do próprio Movimento, dos órgãos públicos responsáveis por esta temática e matérias jornalísticas publicadas sobre o MSTs.

Minha primeira aproximação com o MSTs foi durante uma viagem à Brasília, em Novembro/2005, para participar da 2ª Conferência Nacional das Cidades. Junto com seis colegas do curso de Urbanismo consegui vaga num ônibus que levaria integrantes de movimentos populares da Bahia à Conferência. Assim, dentre várias pessoas participantes de movimentos sociais urbanos, conheci Carla Alvim e Idelmário Proença, ambos coordenadores municipais do MSTs.

No caminho para Brasília, Carla contou brevemente sobre o Movimento. Mostrou um pequeno livro de poesias suas (uma “publicação informal”, com páginas impressas e grampeadas), chamado “Poesias de Carla Alvim – MSTs”. Durante a viagem pude ler rapidamente as poesias que falam de questões sociais, sobre o MSTs, as cidades e alguns textos românticos. São textos interessantes, de cunho social.

Na Conferência das Cidades, nós estudantes de Urbanismo éramos apenas observadoras, não poderíamos votar em nada do que estava sendo discutido. Já os movimentos populares que acompanhamos não, estes eram *delegados*, pessoas escolhidas nas Conferências Estaduais e Municipais e que tinham poder de voto nas decisões sobre políticas públicas urbanas. Como observadora, me chamou a atenção a movimentação dos segmentos populares na Conferência, com seus protestos, faixas, cartazes e espaços de discussão e participação.

Voltando de Brasília, a coordenadora Carla Alvim passou seus contatos (telefone, e-mail), caso alguém precisasse de informações sobre o MSTs para algum trabalho da faculdade ou, se tivesse interesse em ajudar o Movimento e até mesmo ser um dos seus integrantes. Além desta primeira aproximação com o MSTs, já sabia um pouco (muito pouco) sobre o mesmo, ao acompanhar algumas notícias nos telejornais e jornais impressos. Assim surgiu o interesse em estudar esta questão e as políticas de habitação do Município de Salvador.

Ao final dessa parte, vale ressaltar que todo esse contato prévio com meu objeto foi de fundamental importância, já que estava claro que esta seria uma pesquisa exploratória, que usualmente é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno.

1.2 Decidindo meus aportes metodológicos

A **pesquisa exploratória** foi escolhida por ser a mais realizada quando o tema em questão é pouco explorado. Este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema, quando não há material de referência sobre o mesmo que permita conhecê-lo a “priori”.

De importância relevante na elaboração de um trabalho científico, o planejamento de uma pesquisa exploratória é bastante flexível, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado, conforme ressalta Gil (2002). Assim, para esse estudo realizaram-se algumas atividades comuns às pesquisas exploratórias como levantamento bibliográfico, visitas ao local de pesquisa, e contatos pessoais com pessoas envolvidas com esta temática, além de levantar questões sobre o assunto em discussão.

Após os contatos iniciais já relatados no item 1.1, foram feitas visitas à algumas ocupações, e contatos pessoais com membros do MSTS e profissionais envolvidos com a questão da moradia em Salvador, o que possibilitou o levantamento de problemas sob forma de perguntas.

Foram utilizadas técnicas de **documentação indireta**, como o levantamento de dados através de pesquisa documental e bibliográfica, em bibliotecas públicas como a da UNEB e da Universidade Católica de Salvador, acerca dos movimentos sociais urbanos de luta pela moradia e da legislação e tratados internacionais que

asseguram o direito à moradia e dos quais o Brasil faz parte. Foi realizada análise de conteúdo de documentos de órgão oficiais.

Dentre as técnicas utilizadas está a *análise documental tendo como fonte a imprensa*. Vale ressaltar que nesta investigação reduzimos a utilização da imprensa como fonte apenas *para conhecer a cronologia dos eventos*, uma vez que a imprensa é uma fonte que exige muitos cuidados, com uma complexidade que para a envergadura dessa pesquisa com tempo bastante limitado não seria viável. Assim, a reconstituição da trajetória do MSTS foi possível também a partir de algumas matérias jornalísticas, um material relevante.

Em primeiro lugar é necessário verificar a orientação do jornal ou periódico profundamente relacionada com os interesses dos grupos que os dirigem. É importante considerar a posição da notícia dentro da publicação, o destaque a ela atribuído: há fatos que são manchete de primeira página em alguns jornais, enquanto para outros se resumem a pequenos parágrafos ou sequer são noticiados; há a divulgação dos fatos com ou sem comentário, com maiores ou menores detalhes; há editoriais que analisam a notícia e que podem ser assinados ou não, neste último caso sendo de responsabilidade direta do editor; há também material pago por interessados. (LANG, 1992, p.81)

Os dados foram comparados às memórias guardadas de alguns integrantes do MSTS. Por este ser um movimento de atuação recente na cidade de Salvador, espera-se contribuir na construção de sua memória.

O recurso à tecnologia da Internet foi de suma importância para a aquisição de matérias jornalísticas antigas, desde o ano de 2003, com informações sobre a atuação do MSTS na cidade de Salvador, além de um panorama sobre outros movimentos de luta pela moradia no país, como o Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), também da capital paulista. Além disso, a utilização do *site* do Ministério das Cidades foi um recurso importante para a obtenção de informações diversas sobre a temática da moradia no Brasil atual, a Política Nacional de Habitação (PNH), especialmente no, e para conhecimento da atuação deste Ministério.

A utilização da coleta de depoimentos orais foi uma técnica privilegiada nessa investigação. Segundo Lang (1992), o **depoimento oral é obtido em uma entrevista** direcionada para um determinado tema. Assim, foi utilizada a entrevista padronizada.

O motivo da padronização [ou semi-padrozinação se é possível] é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir de forças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas.” (LODI apud MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 85).

Assim, a técnica da observação direta intensiva realizou-se através de entrevistas semi-estruturadas com alguns coordenadores-chaves do Movimento, com integrantes do MSTS e com técnicos da Prefeitura de Salvador, e da CONDER, profissionais envolvidos com as políticas e ações de habitação no Município. A entrevista padronizada foi realizada com quatro coordenadores municipais do MSTS, tendo um roteiro previamente estabelecido com 57 questões (Apêndice A). O objetivo das entrevistas era obter informações gerais sobre o líder entrevistado e sobre o MSTS como um todo.

Nestas entrevistas buscou-se ter cuidado no que se refere à interação pesquisadora acadêmica e militante uma vez que,

A interação face-a-face criada pela situação de entrevista é sempre marcada por algum tipo de assimetria social. O momento do encontro envolve dois atores com expectativas e objetivos diferentes (pesquisador e pesquisado). Além disso, cada um deles traz consigo toda uma bagagem histórica, na qual suas origens sociais, trajetórias de vida, inserção na sociedade etc, desempenham um papel específico. (TRIGO e BRIOSCHI, 1992, p.33).

As entrevistas foram realizadas no Núcleo do MSTS de Cajazeiras, quando o visitei para conhecer o local e encontrar-me com alguns integrantes da Coordenação do Movimento. Nesta oportunidade pude observar uma reunião que se realizava no Núcleo, com participação maciça de sem teto integrantes do MSTS cadastrados neste Núcleo e de outras ocupações da cidade.

Como técnica completar, se fez necessário recorrer ao ***uso da fotografia em caráter ilustrativo***, como apoio à *linguagem escrita*. Tal recurso possibilitou um reforço para a construção de uma memória do Movimento, e mais uma vez o caráter ilustrativo se deu pelo fato de não haver tempo para uma utilização mais completa desta técnica, já que,

[...] mais recentemente se observou um avanço entre os estudiosos das ciências humanas para entender as imagens fotográficas como uma representação dotada de particularidades e nuances que remeteriam a questões complexas do universo simbólico, cultural e ideológico dos grupos sociais. (CAMPOS, 1992, p.100)

Nos meses de abril e maio deste ano, a SEHAB realizou duas discussões públicas sobre a Política Habitacional de Interesse Social de Salvador (PHIS), com participação de movimentos sociais da cidade, instituições públicas de interesse no assunto, profissionais que trabalham na área de habitação e estudantes interessados nesta temática. Participei das duas plenárias com o objetivo de conhecer a atual proposta da Secretaria em questão, para atendimento das demandas em habitação na cidade de Salvador.

Além disso, busquei a SEHAB, através de sua Assessoria Técnica, para obter informações sobre a atuação da mesma desde a sua criação, e sobre a relação entre o MSTS e este órgão. Nesta busca, importantes informações foram disponibilizadas sobre o Movimento e a posição da SEHAB quanto ao mesmo.

Foram realizadas visitas a três ocupações do MSTS, para conhecer a realidade em que vivem os seus integrantes, e para a realização de entrevistas com os mesmos, além da aplicação de formulários, utilizando-se da técnica de observação direta extensiva, com o objetivo de ouvi-los sobre a trajetória do Movimento e sobre si mesmos. As ocupações visitadas foram a do Clube Português, a da Estrada Velha do Aeroporto e os galpões da Leste, na Calçada.

Durante todo o período em que foi realizado este estudo houve alguns encontros com líderes do Movimento para obter deles informações sobre sua trajetória e atuação, indispensáveis ao desenvolvimento da monografia, e também

(2003), Lúcio Kowarick (2000), Nelson Saule Júnior (1999), Fundação João Pinheiro (2005), dentre outras, além da busca de arquivos na Internet que versam sobre os pactos, acordos, convenções e tratados internacionais que tratam desta temática.

Ao longo da monografia, a estrutura preliminar foi modificada algumas vezes, para adequar-se à realidade encontrada nessa fase de elaboração da mesma. No entanto, isto não modificou substancialmente a proposta da pesquisa, nem alterou os seus objetivos.

Toda a pesquisa foi realizada com dificuldades, custos financeiros consideráveis com transporte, para visitas às ocupações e aos órgãos públicos, fitas de áudio para as entrevistas, fotos, dentre outros. Porém foi bastante enriquecedor e gratificante “montar as peças”, reunir os dados, analisá-los e perceber a importância da luta popular pelo sonho da casa própria.

CAPITULO 2

MORADIA: UM DIREITO ASSEGURADO

2.1 Revendo conceitos

Em primeiro lugar é importante que se considere que a sobrevivência na cidade depende fundamentalmente do acesso à moradia. Além da saúde, da renda e da educação, a habitação é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades. Assim definida, a habitação é um direito básico de cidadania. (CARDOSO, 2000, p.01)

Teto, abrigo, lar, local de segurança familiar, diversos são os sentidos para os termos moradia e habitação. No entanto, há um consenso de que a habitação é um direito humano básico e fundamental, que deve ser garantido a todos, assegurado inclusive juridicamente em leis, constituições, além de declarações, tratados e pactos internacionais. A moradia digna além de ser um direito é também um vetor de inclusão social devendo estar articulada à infra-estrutura, ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana e ao transporte coletivo, além dos equipamentos e serviços sociais necessários à vida do cidadão.

Rodrigues (2004), ressalta que a concepção de moradia deve ser pensada como direito a um local aprazível, condições de habitabilidade em termos de infraestrutura básica (equipamentos coletivos), de lazer e formas de geração de renda. Entende-se assim que moradia não é só casa. Segundo Lorenzetti (2001, p.04),

no Brasil, o acesso à moradia confunde-se, tradicionalmente, com o acesso à propriedade, considerada importante do ponto de vista da segurança familiar (a casa própria deixa as pessoas menos vulneráveis em caso de desemprego, por exemplo) e também como símbolo de ascensão social.

Para Golgher (2006, p.33), a moradia pode ser entendida também por um local de habitação (domicílio) limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um

teto com um ou mais cômodos, que atenda aos critérios de independência e onde vivem pessoas sós ou conjuntos de indivíduos ligados por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O local deve permitir ao indivíduo, ou ao grupo de indivíduos, um grau de isolamento das demais pessoas da população. Além disso, parte ou todas as despesas com manutenção do lar e alimentação devem ser arcadas por seus moradores.

Sendo a cidade um local de reprodução do capital, a habitação é também uma mercadoria a ser comprada, fruto de um processo de produção capitalista que tem como base de sua lucratividade a apropriação dos benefícios gerados pela extrema diferenciação do espaço urbano, dependendo então da capacidade de pagamento de cada um, reproduzindo diferenças e aprofundando-as. Esse é talvez o maior empecilho para o acesso à moradia digna, uma vez que neste país, grande parcela da população não dispõe de renda suficiente para obter este bem.

Assim, o acesso à moradia depende, para muitas famílias, da intervenção do Estado. Enquanto necessidade básica dos indivíduos e configurando-se como um direito reconhecido pelo Poder Público em suas leis e políticas, a mediação política deste é fundamental para garantir o acesso a este direito. No Brasil, analisando as leis e sua Constituição atual, pode-se pensar que este é um país moderno e que garante os direitos dos cidadãos, no entanto, a realidade para muitos brasileiros difere do que está exposto na legislação.

Segundo Arlete Moyses Rodrigues (1997, p.11),

de alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço.

Porém não é qualquer espaço. Sendo a habitação um direito social e fundamental dos indivíduos, os espaços de moradia, além da necessidade de serem acessíveis a todos, devem também possuir condições mínimas de habitabilidade.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, algumas Convenções Internacionais reconhecem o direito à moradia como direito humano, sendo que, o Brasil ratificou essas Convenções assumindo mais uma vez a obrigação de garantir este direito.

O Estado Brasileiro é Parte da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965 (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 65.810, de 8 de Dezembro de 1969) que define em seu artigo V:

Artigo V – De acordo com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2 desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial sob todas as suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, nomeadamente no gozo dos seguintes direitos:

[...]

e) direitos econômicos, sociais e culturais, nomeadamente:

[...]

(iii) direito à habitação;

Tal norma implica na obrigação do país de eliminar uma lei, medida, ação que configure discriminação racial, de modo a garantir o gozo do direito à moradia.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pelas Nações Unidas em 1979, trata de uma ampla gama de temas relacionados ao reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres nas esferas política, econômica, social e familiar, além de reconhecer direitos relativos à capacidade civil, à nacionalidade, à seguridade social, à saúde, em especial à saúde reprodutiva, à habitação e às condições de vida adequadas, dentre outros.

Esta Convenção estabelece em seu Artigo 14 que:

2. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, e em particular assegurar-lhesão o direito a:

[...]

Na Seção III (8) estabelece-se que,

adequada habitação e serviços são um direito humano básico, pelo qual coloca como obrigação dos Governos assegurar a realização destes para todas as pessoas, começando com assistência direta para os menos avantajados através de programas de ajuda-mútua de ações comunitárias, os Governos devem se empenhar para remover todos os obstáculos que impeçam a realização destas metas. De especial importância é a eliminação da segregação social e racial, inter alia, através da criação de comunidades melhores equilibradas, com a combinação de diferentes grupos sociais, ocupações, moradias e amenidades. (SAULE JÚNIOR, 1999)

O direito à moradia está assegurado também na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986, em seu artigo 8, item 1. Esta Declaração considera a pessoa humana como o sujeito central do desenvolvimento.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92). Neste evento, produziu-se a Agenda 21, um plano de ação que deve ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

Em seu capítulo 7, que discorre sobre a “Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos”, a Agenda 21 apresenta as bases de ação para oferecer à todos a habitação adequada, objetivos, meios e atividades para implementação. De acordo com o item 6: “O acesso a uma habitação sadia e segura, é essencial para o bem-estar econômico, social, psicológico e físico da pessoa humana e deve ser parte fundamental das ações de âmbito nacional e internacional.”

Além desses vários documentos internacionais citados, destaca-se a Agenda Habitat, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul, em 1996. Um dos resultados fundamentais desta Agenda ao tratar da adequada habitação para todos é o “reconhecimento do direito à moradia como um direito humano, de modo que os Estados sejam obrigados a realizar progressivamente esse direito mediante planos e

CAPÍTULO 4

O MSTS – MOVIMENTO DOS SEM TETO DE SALVADOR

4.1 Algumas breves palavras

De acordo com Souza (1993, p.99) “movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social.” Tais movimentos representam a superação de ações individuais da população ao recorrer a alternativas em grupos, por envolver um conjunto de situações de vida comuns a todos, ou a determinados segmentos.

Inicialmente, o que aparece é a questão imediata a ser resolvida; porém, já à medida que esta questão consegue superar conscientemente as soluções individuais e descobrir a necessidade de saídas coletivas, a organização passa a tomar a dimensão necessária de um movimento social. (SOUZA, 1993, p. 102)

Dentre as representações dos movimentos sociais estão o movimento popular urbano e o movimento rural. Segundo Gohn (2003), no Brasil, a ênfase aos movimentos é dada a partir de 1970, particularmente em relação às suas bandeiras de luta, à dinâmica interna de funcionamento e as relações que os movimentos estabelecem com agentes da sociedade civil e política. A partir da década de 1960, Castells, Lojkine, Ledrut e Lefebvre propõem a politização da questão urbana: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização.

Segundo Souza (1993, p.102),

Movimento Popular Urbano é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista.

Estes movimentos surgem nas cidades a partir da crise do Estado, que não atende às demandas da sociedade, em especial daqueles segmentos de menor renda, que coletivamente constituem-se como atores sociais e políticos e passam a encarar o Estado na busca pelo atendimento de suas necessidades e aspirações. (TEIXEIRA, 1997)

Reunidos em organizações que crescem aos poucos, muitos movimentos surgem nos meios populares, liderados por pessoas dedicadas à luta pelos direitos sociais, como o direito à moradia, à cidade, e pela reforma urbana. No Brasil, os movimentos sociais urbanos, assim qualificados por conterem uma problemática urbana que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano, nas últimas décadas têm enfrentado os governos cobrando destes a responsabilidade pelo provimento e melhoria de moradias para a população que não dispõe de meios para obtê-la através do mercado formal.

Segundo Castells,

[...] os movimentos sociais urbanos não são só um tema de investigação. Nascem e desenvolvem-se nos fatos de todos os dias, pondo novos problemas e lançando novos desafios, com um grito de vida e luta que cobre os mitos tecnocráticos da racionalidade urbana. Um grito que avisa com força que o poder urbano, também, está na rua. (CASTELLS, 1976, p. 125)

As ações coletivas destes movimentos, cuja eficácia tem relação com os seus resultados práticos imediatos, como o atendimento das reivindicações urbanas, e o desenvolvimento de uma nova força social e política na vida da cidade, resulta em transformações nas políticas públicas do município, estado ou mesmo do país. Segundo Maricato (1993), no Brasil, o movimento popular se classificou como um interlocutor importante na negociação com os setores que sempre orientaram a política habitacional, devido às suas lutas urbanas.

Em todo o país, em especial nas capitais como São Paulo, Recife e Fortaleza estruturaram-se movimentos de luta pela moradia, com atuação de destaque na concretização do primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular (PL nº 2.710), encaminhado ao Congresso Nacional em 1992 que propunha a criação do Fundo

Nacional de Moradia Popular e de um Conselho Nacional para gerir a política de habitação para o Brasil, demonstrando a capacidade destes movimentos para a formulação de propostas em benefício da população excluída. (AMARAL, 2002)

Esse processo de elaboração, apresentação e encaminhamento da lei do Fundo Nacional de Habitação Popular também foi importante pela repercussão interna aos movimentos de moradia, permitindo a construção de um sujeito coletivo e capaz de intervir na cena pública. (AMARAL, 2002, p. 33)

A luta pela reforma urbana no Brasil não tem a mesma proporção e impacto da luta pela reforma agrária. No entanto, segundo Souza (2006, p.158), a concepção progressista de reforma urbana amadureceu entre meados e o fim da década de 80, podendo esta “ser caracterizada como um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades.” Assim, os movimentos populares, juntos com algumas entidades profissionais e acadêmicas, continuam na busca pela conquista e realização de direitos no meio urbano.

De acordo com Gohn (2004), os movimentos sociais têm como características básicas o fato de serem organizações que possuem uma identidade, têm um opositor e articulam-se ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade.

Historicamente se observa que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização e têm uma certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades – fome ou qualquer forma de opressão – pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, os movimentos sociais apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. (GOHN, 2004)

Para Kowarick (2000, p. 64)

[...] torna necessário delimitar o que vem a ser luta urbana, sob pena de que toda reivindicação que se processe nas cidades venha cair debaixo desta designação. [...]. A luta poderá ser caracterizada como urbana na medida em que, ocorrendo numa base territorial circunscrita às cidades, coloque em

xeque a questão da terra, habitação ou dos bens de consumo coletivo. Assim, qualquer grupo – por exemplo de mulheres que clamam por creches ou de negros que se encontram espacial e socialmente segregados de modo particular – pode estabelecer como pauta de reivindicação um problema urbano.

O adversário no caso das lutas urbanas é

[...] o Estado nos seus vários níveis de governo, estruturado em inúmeros órgãos especializados em fornecer determinados serviços que procuram, na sua rotina burocrática, por meio de uma gestão confinada aos aparelhos de poder, servir de colchão, amortecer as reivindicações, instrumentalizando-as de forma a gerar um suporte de legitimação política. (KOWARICK, 2000, p.64).

Nas entrevistas realizadas com lideranças do MSTs, pôde-se observar esse nível de conscientização:

“Na luta, o grande adversário é o Estado.” (Jhones Bastos, em entrevista, 2006)

“Sem dúvida, na minha opinião é o sistema capitalista, esse sistema, a política em si, a forma de os políticos conduzirem o trabalho deles, até o próprio Lula, a gente esperava mais dele nas políticas sociais e ele fez pouco.” (Carla Alvim, em entrevista, 2006)

“[...] a gente entende que todo o governo ele é adversário do movimento. A princípio a gente diz isso, que todo o estado capitalista ele é adversário do Movimento dos Sem Teto. Agora mesmo ele está sendo adversário, há uma necessidade de um diálogo com esse governo.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

Desse modo, o Movimento dos Sem Teto de Salvador, se caracteriza como um movimento social urbano que vem ganhando destaque na capital baiana na luta pela garantia do direito à habitação, pressionando o Estado com suas reivindicações. Sua luta tem por objetivo obter moradia para a população de baixa renda, e também para aqueles que não dispõem de renda alguma, e se manifesta na cidade, segundo o próprio Movimento, a partir da ocupação de prédios vazios, que não cumprem a sua função social, ou de terrenos em mesma situação. Assim, a principal tática do Movimento é a escolha de imóveis vazios, considerados “sem função social” na cidade, para ocupação, a fim de pressionar o governo.

4.2 Sobre esses novos sujeitos sociais

[...] A pobreza correspondente ao contexto do processo mais acirrado de globalização da economia tem sido reconhecida como nova pobreza; e os pobres assim dados a ver, categorizados pela referência à ausência de habitação. No entanto, as categorizações são diversas. Enquanto o homeless e o sans-abri destacam a carência ou ausência da casa ou do abrigo, o morador de rua destaca positivamente esta apropriação. A denominação sem-teto é reservada aos casos em que se supõe uma organização familiar, reproduzida na rua pela reclassificação do espaço social público segundo divisão de papéis exercidos em casa. Por isso, são reconhecidos como sem-teto, os moradores sob viadutos, pontes, etc, que tentam – por vezes obtêm – o controle residencial neste novo espaço. A categorização também oferece a significação mobilizadora de parte da população que deseja se beneficiar de políticas habitacionais, geralmente através do instrumento da ocupação; ou investir politicamente para reconhecimento desta questão habitacional por titulares de órgãos do Estado. (NEVES, 1999, p. 121).

Considerando a definição de Neves (1999) citada acima, o Movimento dos Sem Teto de Salvador representa os sujeitos sociais desta cidade que buscam, através de suas mobilizações, transformar a política habitacional soteropolitana, de modo que esta seja um instrumento de alcance a todos aqueles que não dispõem de meios financeiros para obter moradia digna. O MSTS não é o único movimento social de luta pela moradia na cidade, porém, no momento atual configura-se como o de maior destaque, em virtude de suas ocupações.

Em Salvador, desde os anos 40 do século passado há uma tradição de luta forte, destacando-se os Movimentos Populares de Bairros. As primeiras ocupações com repercussões na sociedade ocorreram entre a década de 40 e a de 50, como Pero Vaz, Corta-Braço, Alagados, ocupações marcantes na cidade devido a repressão policial e a conseqüente resistência daquelas famílias que conseguiram, em alguns casos, obter a legalização das áreas ocupadas. Posteriormente, na década de 70, a Federação das Associações de Bairros (FABS) vem coordenar todos os movimentos de bairros existentes e apoiar as ocupações, buscando através do auxílio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a legalização das terras, e reivindicando serviços e equipamentos urbanos. (TEIXEIRA, 2002)

Depois desse período, poucas manifestações coletivas de destaque na luta por moradia, ocorreram em Salvador. Somente no início do século XXI surge um Movimento com forte repercussão em toda a cidade. Trata-se do MSTS que se constituiu em julho de 2003, após a iniciativa da ocupação de um terreno abandonado na Estrada Velha do Aeroporto, por um grupo de moradores do bairro de Mussurunga, próxima a área de Vila Verde. A princípio, aquelas pessoas que ocuparam esse primeiro terreno buscavam apenas uma área para erguerem suas casas.

“A nossa idéia era ocupar, resistir e depois negociar como ia ser a construção, se era por conta do governo, da prefeitura, ou, porque na época tava dando material para nós mesmos construir nossas casas, mutirão.” (João Gomes de Souza, em entrevista, 2006)

Porém, pouco a pouco, cresceu a quantidade de pessoas que integraram-se à ocupação, segundo afirmação de João Gomes, um dos primeiros a ocupar aquele local.

“A gente sabia que ia crescer, porque não era só nós que precisa de moradia. Tinha muita gente que já tava sendo informado e esse povo, eu não sei como apareceu esse povo, eu sei que apareceu uma multidão, essa pista aí, só se via o pessoal andando, [...] aí começou: Colinas, Parque São Cristóvão, São Cristóvão, Yolanda Pires, Bairro da Paz, começou correndo a notícia e o pessoal vinha atrás.” (João Gomes de Souza, em entrevista, 2006)

Assim, em julho de 2003, aquela ocupação transformou-se no Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e, um ano e meio depois, o Movimento se expande para outros municípios baianos e se transforma em Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), porém, o MSTS não perdeu sua identidade e mantém sua atuação em Salvador. No Artigo 8 do Regimento Interno destaca-se a possibilidade de cada município criar uma sigla específica, ou manter a que já existe para garantir sua referência histórica, como o MSTS, que manteve-se com esta sigla na capital baiana.

O MSTS afirma ser

[...] um movimento pela cidadania que parte da comprovação de que para os setores populares esta não existe em nosso país, e procura construir alternativas nesta perspectiva, e compreende que a garantia dos Direitos Humanos, Justiça Social, Solidariedade, Qualidade de Vida e Participação Popular só serão alcançados com a Igualdade Econômica, Política e Social. (REGIMENTO INTERNO MSTB, 2005, p. 01)

Este Movimento tem como lema “Organizar, Ocupar e Resistir”. Além deste, durante manifestações, em passeatas reivindicatórias, são usadas frases e palavras de ordem pelos seus integrantes como: “A nossa luta exige solução, queremos teto, trabalho, saúde e educação”.

O MSTB define como seu objetivo “a organização e defesa daqueles que enfrentam a problemática da falta de MORADIA em nosso estado.” Porém, sua luta não baseia-se apenas na busca por habitação, mas também incorpora a busca pelo atendimento a outras necessidades básicas de qualquer cidadão como saúde, educação, lazer, segurança, creche, emprego, e a própria reforma urbana, de modo que esta atenda os interesses dos setores excluídos da sociedade.

A igualdade na composição social do Movimento fica definida no Artigo 12 desse Regimento, onde se destaca que,

Todos os filiados são iguais, independente de condição social, raça, gênero, opção sexual, credo religioso, não sendo permitido o privilégio de qualquer um, seja ele militante de núcleo, ocupação ou qualquer instância de direção do Movimento. (REGIMENTO INTERNO MSTB, 2005, p. 05)

De acordo com informações da Coordenação Municipal do MSTB, as características gerais dos seus integrantes são semelhantes nos acampamentos e nos núcleos.

Tendo como principal embrião o Movimento dos Sem Teto de Salvador, fundado em julho de 2003, o MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia) traz uma composição social que herda histórias de alegrias, dores e ações de coragem dos segmentos populares brasileiros e baianos desde as primeiras invasões portuguesas há mais de 500 anos. A existência, no MSTB, de brancos, pobres e de descendentes de homens e mulheres “batizados” a ferro e fogo como “indígenas” se entrelaça com cores, traços e gestos de uma fortíssima presença de negras e negros formando um conjunto simbólico que desde o período colonial tentou realizar sonhos de justiça e igualdade social. (I Congresso do Movimento Sem Teto de Salvador/Bahia, 2005)

Estima-se que cerca de 70% dessas pessoas vivem de subempregos, integrantes do mercado informal por falta de formação, capacitação, ou por estarem há muito tempo afastadas do mercado de trabalho. Muitos são catadores de material reciclável, empregadas domésticas e diaristas. Poucos trabalham com carteira assinada e um grande contingente é composto por desempregados ou trabalhadores subempregados.

De acordo com a coordenação municipal do Movimento, muitos dos seus integrantes nunca foram proprietários de uma residência. Muitos moravam em casas de familiares, ou de favor em cômodos localizados em áreas desqualificadas em termos de infra-estrutura básica, em aglomerados subnormais, cortiços, ou barracos, e em casas de aluguel. A coordenação afirma que este quadro é predominante em todos os acampamentos do MSTs.

A presença feminina no Movimento é significativa. Algumas representam mulheres que se dedicam não apenas a vida doméstica e familiar, mas também na inserção política na luta por moradia e melhores condições de vida. Em Salvador, a coordenação municipal possui atualmente oito mulheres em sua composição, representando 38% do total de 21 coordenadores municipais.

Herdeira de um legado de pobreza, mas também de ousadia e esperança, pela sua condição de gênero, raça e classe, a presença feminina, em sua grande maioria negra, mostra imensa expressão nas ocupações, núcleos e nas manifestações de rua promovidas pelo Movimento. A saída do âmbito doméstico e a inserção na política, seja nos cargos de direção, seja participando das ocupações, traz novas possibilidades para as mulheres do MSTB, que passam a se familiarizar com o público das ruas e dos espaços de poder, ao tempo em que podem vir a questionar o que acontece entre quatro paredes, a exemplo das divisões do trabalho doméstico com marido e filhos. Por tudo isso, constituem fortes referências para a construção das *comunidades de bem viver* baseadas em relações de gênero igualitárias. (I Congresso do Movimento Sem Teto de Salvador/Bahia, 2005)

As lideranças do Movimento possuem um perfil político e ideológico semelhantes entre si, porém, com algumas diferenças. São adultos de formação escolar predominante de nível médio, um deles cursa Administração e Planejamento Municipal, atuantes em outros movimentos populares desde a juventude, como

movimento estudantil, grupos oriundos de igrejas, associações de moradores e sindicatos, pessoas engajadas na organização da classe excluída. Outros se integraram ao Movimento por se identificarem com a causa e motivados pela crença de que poderiam coletivamente melhorar suas próprias vidas e a vida de diversos companheiros que não tinham onde morar.

4.3 Trajetória do Movimento

4.3.1 Contexto Histórico

As notícias sobre mobilizações populares em torno da moradia datam de pelo menos desde os anos 40 do século XX, conforme destacado anteriormente. Mas, foi em 2003 que a capital baiana “se tornou palco” de uma efetiva atuação do Movimento dos Sem Teto de Salvador. Historicamente as dificuldades enfrentadas nas grandes cidades pelos segmentos de baixa renda, em especial no tocante à habitação e no acesso a serviços urbanos essenciais, são alarmantes. As verbas do governo pouco dialogaram com as demandas das classes populares, e as políticas públicas para este segmento têm sido insatisfatórias, com investimentos que não atendem às carências de habitação popular, saneamento e infra-estrutura.

De acordo com o relatório Balanço 3 Anos de Governo, da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 apenas 26% dos recursos para a área habitacional eram destinados à classe de renda até 03 salários mínimos.

Nesse contexto, os Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) vêm ganhando força em Belo Horizonte (MG), Salvador, São Paulo (SP), e diversas outras capitais e grandes cidades através de suas ações de ocupação a prédios ou espaços abandonados (públicos ou privados), colocando em foco um dos principais problemas das cidades brasileiras: o déficit habitacional, estimado em seis milhões de unidades. (ALGO AINDA PULSA ..., 2004)

Segundo estimativas atuais do Ministério das Cidades, no Brasil, o déficit habitacional é da ordem de mais de sete milhões de unidades. Em Salvador, estimativas da Secretaria Municipal da Habitação apontam que 60% da população vive em residências de condições precárias, em ocupações informais, irregulares, sem infra-estrutura adequada, e que o déficit quantitativo é da ordem de 100 mil novas unidades. Tal fato confirma as péssimas condições habitacionais em que vive a população de baixa renda da cidade.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, que teve as linhas gerais definidas no Projeto Moradia, elaborado pelo Instituto Cidadania em 2000, o Brasil retoma à condução de uma política urbana para todo o país, inclusive no que tange à questão habitacional, ocupando um vazio institucional de vários anos. Este Ministério surge como o ambiente institucional que possibilita as discussões, definições e implantação das políticas urbanas no país.

Vale ressaltar que, quando surgiu o MSTs, em Salvador já havia uma Secretaria Municipal da Habitação, implantada desde 2001, porém tal Secretaria não possuía atuação efetiva em habitação de interesse social (em termos de produção de novas unidades habitacionais) de modo a atender parcela considerável da população soteropolitana em suas demandas por moradia digna na cidade.

Nesse contexto, no final de junho de 2003, um grupo de moradores de Mussurunga, um bairro localizado na região do Miolo de Salvador, ocupou um terreno abandonado no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto. No início, apenas quatro moradores da área próxima à Vila Verde iniciaram a ocupação e, em poucos dias, cerca de cem famílias montaram acampamento neste local erguendo barracos para abrigar cidadãos sem teto.

O objetivo de tais famílias era, naquele momento, ocupar o terreno e aos poucos erguerem suas casas por conta própria, através de auto-construção, sem infra-estrutura urbana básica, um ato comum para a realização do sonho da casa de muitas pessoas carentes nas grandes cidades. Sem opção para ocupar os espaços legais da cidade, por estarem à margem das benesses do ambiente urbano, estas

famílias reproduziram áreas informais e precárias (Fotos 6 e 7), ressaltando a problemática da habitação em Salvador e no Brasil.



Foto 6: Barracos na ocupação do MSTs na Estrada Velha do Aeroporto. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 7: Vista de uma “rua” na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto. (Fabiana Oliveira, 2006)

De acordo com alguns coordenadores atuais do MSTs, não havia uma razão estratégica que justificasse a escolha daquele local, por aquela população. Por estar situado numa área próxima ao bairro onde aquelas pessoas moravam e por ser um terreno vazio, sem uso, o grupo de moradores considerou ser uma área “fácil” para a ocupação, uma oportunidade de garantir o direito à moradia. Aos poucos, foram surgindo famílias interessadas em se integrarem a esta ocupação e em poucos dias, o que havia se iniciado com poucas pessoas, passou a receber um contingente maior de sem tetos, totalizando aproximadamente 720 famílias no mês de julho de 2003.

A primeira tentativa de o governo local tentar evacuar a área e desfazer aquele movimento, desmobilizando-o, foi realizando um cadastro das famílias ocupantes, porém, estas deveriam desocupar a área e aguardarem em suas casas anteriores para a realização daquele “sonho”. Não concordando com isso, uma parcela dos sem teto ali presentes recusou-se a desfazer a ocupação, pois não acreditava que os seus anseios de adquirirem uma casa seriam atendidos a partir de um cadastro socioeconômico oficial. Assim, uma ocupação que começou sem pretensões de transformar-se em um movimento social urbano, pode ser

considerada embrionária de um verdadeiro movimento popular, que atualmente possui cerca de 27.000 famílias inscritas, segundo afirma a coordenação do MSTS.

Devido à forte repressão policial na época, Jhones Bastos, presidente da Associação de Moradores de Mussurunga, convidou alguns assessores da Comissão de Cultura da Paz e Combate à Violência, da Câmara Municipal de Salvador, para dar apoio àquela ocupação. Foi assim que Idelmário Proença e Pedro Cardoso, ambos assessores desta Comissão, naquele momento, integraram-se ao Movimento para ajudarem a organizá-lo.

“[...] está na hora de o Estado dar uma solução, ao invés de a gente levantar casas aqui por conta própria sem nenhum nível de organização. Vamos buscar os órgãos competentes para que venham construir casas aqui.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006).

Com a participação e apoio dessas pessoas o Movimento ganhou uma força política maior, para o enfretamento das diversas retaliações proporcionadas pela polícia, ou seja, pelo próprio Estado. Assim, foram feitas as primeiras propostas de criação de coordenações provisórias e comissões, no sentido de organizar um movimento que havia crescido e estava sendo combatido pela polícia e pelo governo local, que pretendiam desmobilizá-lo. Porém, o terreno ocupado inicialmente localizava-se em uma área de preservação ambiental. Em meados de julho daquele mesmo ano, conscientes da gravidade de ocupar uma área de proteção ambiental, a ocupação foi transferida para outro terreno, próximo ao anterior na mesma região da Estrada Velha do Aeroporto.

As famílias que iam morar nas ocupações eram pobres, sem acesso a uma série de serviços sociais básicos à vida humana como escola, saúde e emprego fixo, oriundas de diversas áreas da cidade. Assim, as demandas iniciais do MSTS eram principalmente as decorrentes destas questões, sendo que a falta de alimentos era considerada a questão mais grave para mantê-las nos acampamentos, além de pequenos desentendimentos decorrentes do tamanho da área ocupada por cada família.

“A gente passou um “apertozinho”, mas a gente conquistou “devargazinho”. Dificuldades dentro do grupo mesmo. Tinha problemas, discussões, a gente tentava ajeitar, a maioria dos problemas que tinha mais era discussão, confusões pequenas por motivos de área grande, área menor, uns queriam área maior, chegou um ponto de concordar [...]”. (João Gomes de Souza, em entrevista, 2006)

Na trajetória do MSTS, um momento de destaque ainda em 2003, no mês de agosto, foi a realização de uma caminhada de 32 Km partindo da ocupação da Estrada Velha do Aeroporto até a Praça Municipal, onde diversas famílias saíram em protesto de forma organizada.

“*Sem-teto vão às ruas na Bahia*”. (Veículo: Jornal do Estado; Estado: PR; Data: 22/08/2003)

Trata-se da I Marcha dos Sem Teto de Salvador. “As pessoas foram com o sonho da casa”, relata Idelmário Proença, coordenador municipal do MSTS. Segundo o mesmo, as palavras dos coordenadores durante a caminhada estimulavam aquelas pessoas a se manterem na luta por uma moradia. Esta caminhada resultou em uma reunião com o então Secretário de Habitação do município, Fernando Medrado, mas os resultados não foram satisfatórios e a coordenação resolveu motivar todo o Movimento à intensificar as ocupações na cidade.

Logo em seguida, alguns dias depois, no final do mês de agosto de 2003 foi realizada uma audiência no Ministério das Cidades, em Brasília, que reuniu representantes da Prefeitura Municipal de Salvador, da Caixa Econômica Federal e do MSTS, onde foi firmado o primeiro acordo para a construção de moradias destinadas aos integrantes do Movimento. Este acordo beneficiaria as 720 famílias que ocupavam o terreno da Estrada Velha do Aeroporto.

A primeira ocupação de prédios abandonados na cidade ocorreu quando integrantes do MSTS retornaram daquela viagem à Brasília.

“[...] a mesma bagagem que fui pra Brasília foi a mesma que levei pra primeira ocupação de prédio, que foi o prédio da antiga Leste Brasileira no Comércio, e de lá pra cá nunca mais retornei ao meu local de origem. É sempre de uma ocupação pra outra.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

Cientes de que, mesmo com o acordo da construção de unidades habitacionais para as primeiras famílias que ocuparam aquele terreno na Estrada Velha do Aeroporto, e de que não haveria possibilidade de todos adquirirem uma casa ali no mesmo terreno, as pessoas foram motivadas pelos coordenadores a realizarem outras ocupações na cidade, para que futuramente não houvesse um conflito interno no tocante à decisão de quem seria beneficiado.

Assim, com a ocupação do prédio sede da antiga Companhia Ferroviária Leste Brasileira no bairro do Comércio, em setembro de 2003 é iniciada a intensificação de ocupações pelo MSTs na cidade de Salvador, só que em vez de terrenos são ocupados prédios abandonados de propriedade pública e privada como um do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre outros. O objetivo de dar visibilidade ao Movimento foi alcançado e a imprensa passou a relatar as ações do MSTs na cidade, possibilitando que a sociedade soteropolitana tomasse conhecimento da luta pela moradia que estava acontecendo naquele momento. A partir de então, as ocupações passaram a ser planejadas, como demonstram algumas chamadas da imprensa:

“Grupo invade casarão em Salvador”. (Veículo: O Estado de São Paulo, Estado: SP, Data: 03/09/2003)

“Sem teto se organiza como força política”. (Veículo: A Tarde Estado: BA, Data: 02/02/2004)

“Sem teto voltam a interditar pista na Estrada Velha” (Veículo: A Tarde Estado: BA, Data: 29/01/2004)

“Sem teto ameaçados de despejo invadem Hotel Paulus”. (Veículo: Correio da Bahia Estado:BA, Data: 05/04/2004)

“MSTS deve ocupar prédio de fábrica na Cidade Baixa.” (Veículo: A Tarde Estado: BA, Data: 03/05/2004)

Em alguns momentos, algumas ocupações foram seguidas de reintegração de posse, um ato jurídico que os proprietários dos imóveis ocupados se utilizam para promover a desocupação dos mesmos. De acordo com a Coordenação Municipal do MSTs, após a reintegração de posse, as famílias que ocupavam o local eram transferidas para novas ocupações ou para outras já existentes.

O ano de 2003 foi de intensa ocupação pelo MSTs na capital baiana (Quadro 1). Entre julho e dezembro o Movimento ocupou doze imóveis na cidade, além de ocupar a Praça da Sé por três dias, uma semana antes do Natal, provocando desconforto ao Poder Público local. Dentre os imóveis ocupados, seis mantêm-se em ocupação até hoje, com destaque para o terreno da Estrada Velha do Aeroporto, a primeira ocupação do MSTs. Em Setembro de 2003 foi criado o núcleo de Periperi, o qual possui um cadastro com cerca de mil famílias. Ressalta-se que quatro destas ocupações (Lobato, Metrô, Pirajá e Soledade) não foram de iniciativa do MSTs. Tratam-se de ocupações que já existiam e foram incorporadas ao Movimento, segundo a coordenação municipal.

Quadro 1 - Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) em 2003.

Data	Ocupação	Bairro / Local	Imóvel	Proprietário	Duração da Ocupação	Quantidade de Famílias	Motivo da desocupação
29/06/2003	Ocupação do grupo de moradores de Mussurunga.	Estrada Velha do Aeroporto	Terreno	Área de preservação ambiental	22 dias	100	Área de preservação ambiental
20/07/2003	1ª ocupação do MSTS*	Estrada Velha do Aeroporto	Terreno	José Albam	Permanece até hoje	720 morando no local e 5.000 cadastradas.	Permanece até hoje
01/09/2003	1ª ocupação de edifício em Salvador pelo MSTS – Prédio da Leste Brasileira	Comércio	Prédio	Governo Federal	01 semana	80	Reintegração de posse
Setembro/2003	Lobato (já existia, foi incorporada ao MSTS)	Lobato – Subúrbio Ferroviário.	Terreno	Governo Estadual	Permanece até hoje	150 morando e cerca de 3.000 cadastrados	Permanece até hoje
Setembro/2003	Metrô (já existia, foi incorporada ao MSTS)	BR 324	Terreno	Governo Municipal	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
Setembro/2003	Soledade (já existia, foi incorporada ao MSTS)	Soledade	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	30	Permanece até hoje
Setembro/2003	Pirajá (já existia, foi incorporada ao MSTS)	Pirajá	Terreno	Particular - Família Martins Catarino	Permanece até hoje	80	Permanece até hoje
25/09/2003	Edifício Lord	Carlos Gomes	Prédio	Proprietário particular	03 meses	80	Reintegração de posse.
20/10/2003	UFBA	Carlos Gomes	Prédio	Governo Federal	02 meses	40	Reintegração de posse.
10/12/2003	INSS	Sete Portas	Prédio	Governo Federal	08 dias	80	Reintegração de posse.
18/12/2003	Praça da Sé	Centro	Praça	Praça pública	03 dias	80	Acordo com a Prefeitura
19/12/2003	Fábrica Toster	Baixa do Bonfim – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
21/12/2003	Motel na Barroquinha	Barroquinha	Motel	Proprietário particular	02 dias	80	Acordo com a Prefeitura
23/12/2003	Chácara	Escada – Subúrbio Ferroviário	Chácara	Proprietário particular	45 dias	80	Acordo

Fonte: Coordenação Municipal do MSTS e Jornais baianos.
Elaboração: Fabiana Oliveira, 2006.

*Foi nesta ocupação que se constituiu de fato o MSTS.
Situação em Julho/2006.

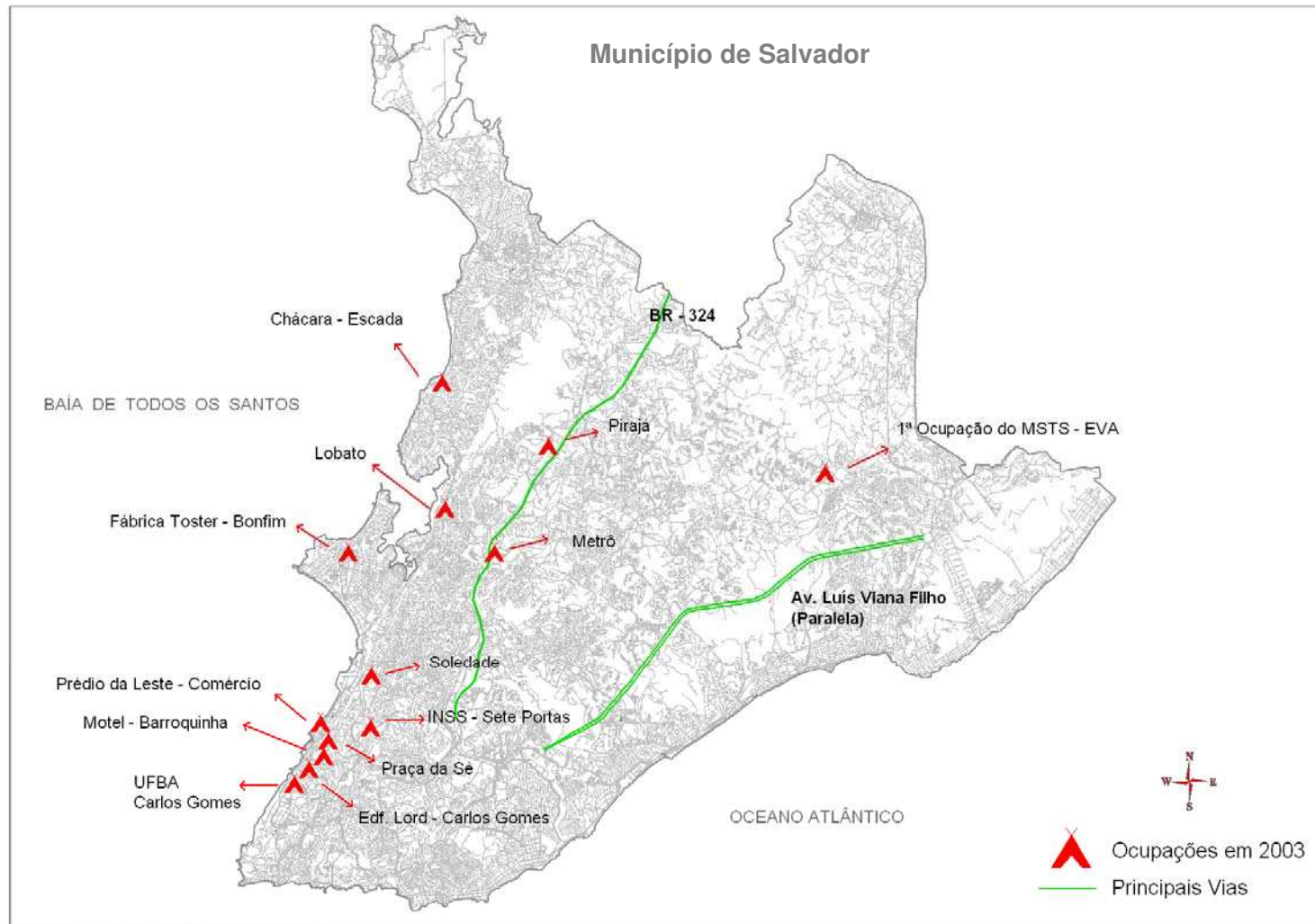


FIGURA 01 - OCUPAÇÕES DO MSTs EM 2003

Fonte: Coordenação Municipal do MSTs, jornais baianos e Base SICAR - CONDER (1992)
 Elaboração: Fabiana Oliveira, 2006.

Escala 1:150000

Em 2004, o MSTS ampliou suas ações. Neste ano, dezesseis imóveis foram, ocupados em Salvador (Quadro 2). De acordo com informações da Coordenação Municipal do Movimento, são mantidas até os dias atuais seis ocupações iniciadas nesse ano. Aqui o destaque é para as duas ocupações do Clube Português, sendo que a primeira se desfez dois meses depois, e a segunda ocupação ainda permanece (Fotos 8 e 9). O núcleo de Cajazeiras foi implantado no mês de agosto desse ano, o qual mantém atualmente cerca de três mil famílias sem teto inscritas.



Foto 8: Vista do Clube Português ocupado pelo MSTS desde 2004. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 9: Barracos do MSTS na área externa do Clube Português. (Fabiana Oliveira, 2006)

De acordo com matéria veiculada no Jornal A Tarde em 13/05/2004, após passeata composta por mais de 2 (dois) mil sem-teto, em maio de 2004 e, “em clima de arrastão”, o MSTS ocupou 5 (cinco) prédios na região da Cidade Baixa. A caminhada e as ocupações foram planejadas para marcar a passagem do Dia Nacional de Ocupação, após mapeamento do centro da cidade e escolha dos imóveis.

Estes cinco prédios ocupados no dia 12/05/2004, de acordo com a Coordenação do MSTS foram o Edifício Rajada, Enoch Silva, o almoxarifado do Ministério da Fazenda, Fábrica de Gelo Pioneiro e uma antiga boate do Comércio.

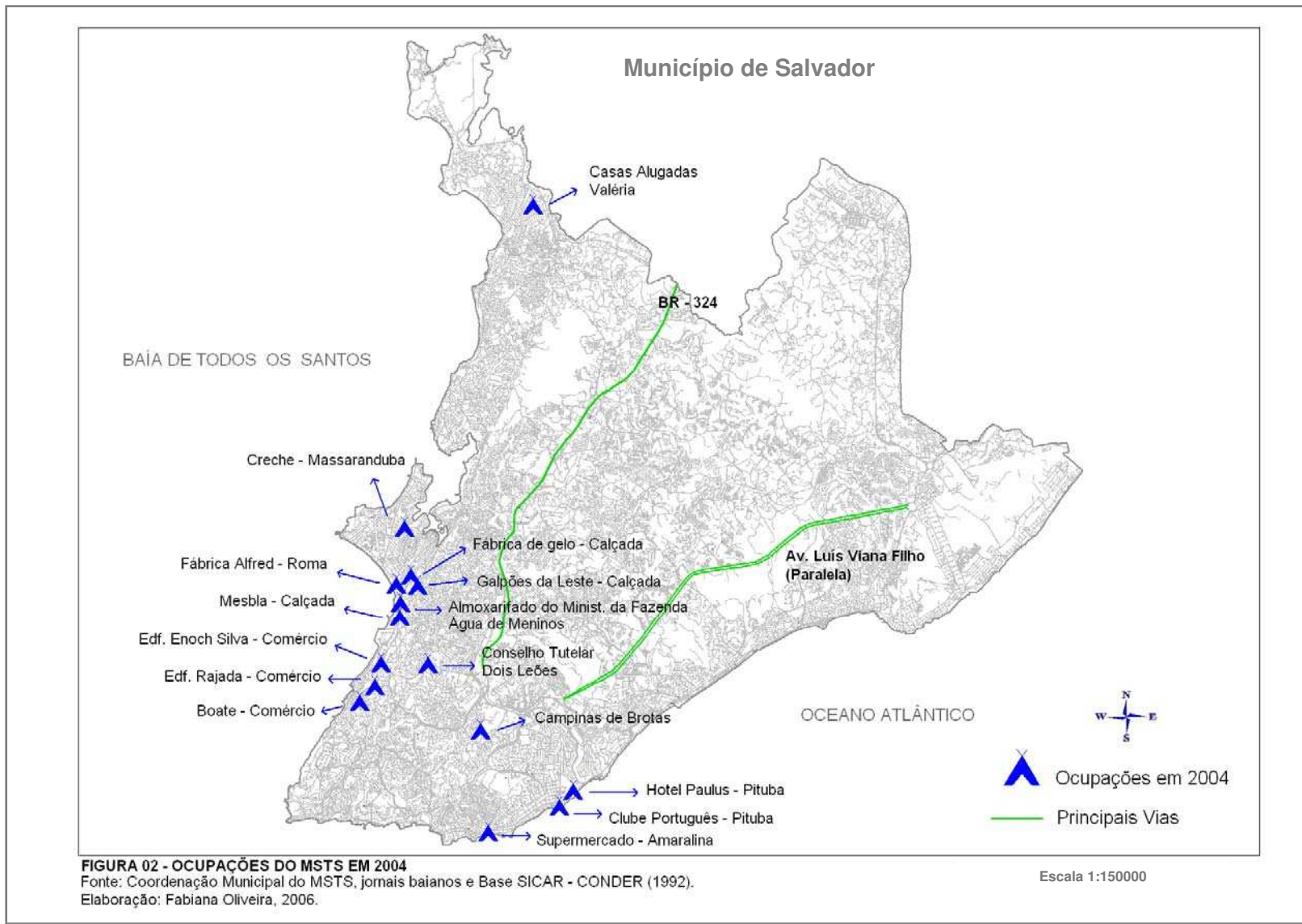
Quadro 2 - Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) em 2004.

Mês	Ocupação	Bairro / Local	Imóvel	Proprietário	Duração da Ocupação	Quantidade de Famílias	Motivo da desocupação
Janeiro	Casas alugadas*	Valéria	Casas	Proprietário Particular	01 ano	80	Acordo
	Mesbla	Calçada	Prédio	Proprietário particular	01 ano	260	Reintegração de posse
	Supermercado	Amaralina	Prédio	Proprietário particular	01 mês	150	Reintegração de posse
Fevereiro	1ª ocupação do Clube Português	Pituba	Clube social	Prefeitura	02 meses	150	Reintegração de posse
Março	Campinas de Brotas	Brotas	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	50	Permanece até hoje
Abril	Hotel Paulus	Pituba	Prédio	Proprietário particular	01 mês	150	Reintegração de posse
	Alfred	Roma	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	400	Permanece até hoje
Maió	2ª ocupação do Clube Português	Pituba	Clube social	Prefeitura	Permanece até hoje	85	Permanece até hoje
	Fábrica de Gelo Pioneiro	Calçada	Prédio	Proprietário particular	06 meses	70	Reintegração de posse
	Boate	Comércio	Prédio	Proprietário particular	06 meses	50	Reintegração de posse
	Enoch Silva	Comércio	Prédio	Proprietário particular	04 meses	50	Reintegração de posse
	Edifício Rajada	Comércio	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	70	Permanece até hoje
	Almoxarifado do Ministério da Fazenda	Água de Meninos – Cidade Baixa	Prédio	Governo Federal	Sem informação	-	-
	Galpões da Leste	Calçada	Galpões	Governo Federal	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
Novembro	Conselho Tutelar	Dois Leões	Casarão	Governo Municipal	Permanece até hoje	70	Permanece até hoje
Dezembro	Creche	Massaranduba	Escola	Proprietário particular	01 mês	50	Reintegração de posse

Fonte: Coordenação Municipal do MSTS e Jornais baianos.

Elaboração: Fabiana Oliveira, 2006.

*Casas alugadas pela Prefeitura Municipal de Salvador, após acordo com o MSTS Situação em Julho/2006.



O 1º Congresso do Movimento dos Sem Teto de Salvador foi realizado entre os dias 14, 15 e 16 de Janeiro de 2005. Neste Congresso, o MSTS transforma-se em Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), e aprova o seu Regimento Interno já como um Movimento de amplitude estadual, sendo que no Art. 8 deste Regimento, garante-se a possibilidade de cada município manter a sigla originária, como a de Salvador.

Considerado no Regimento Interno como a instância máxima de deliberação, o 1º Congresso foi o momento de decisão e escolha dos coordenadores municipais e estaduais. Tal Regimento prevê a realização do Congresso a cada três anos, convocado pela Coordenação Estadual com o objetivo de elegê-la, além de decidir sobre o Regimento e deliberar sobre questões referentes ao Movimento.

Nesse ano, a atuação do MSTS em ocupações na cidade restringiu-se aos meses de janeiro e fevereiro, onde foram ocupados cinco imóveis em apenas dois meses e um desses imóveis, o Edifício Sampaio, foi reocupado no mês de agosto. (Quadro 3). Em outubro de 2005 os jornais locais apontavam a existência de 21 ocupações na cidade. Desde então, até julho de 2006, não há casos de novas ocupações do Movimento em Salvador.

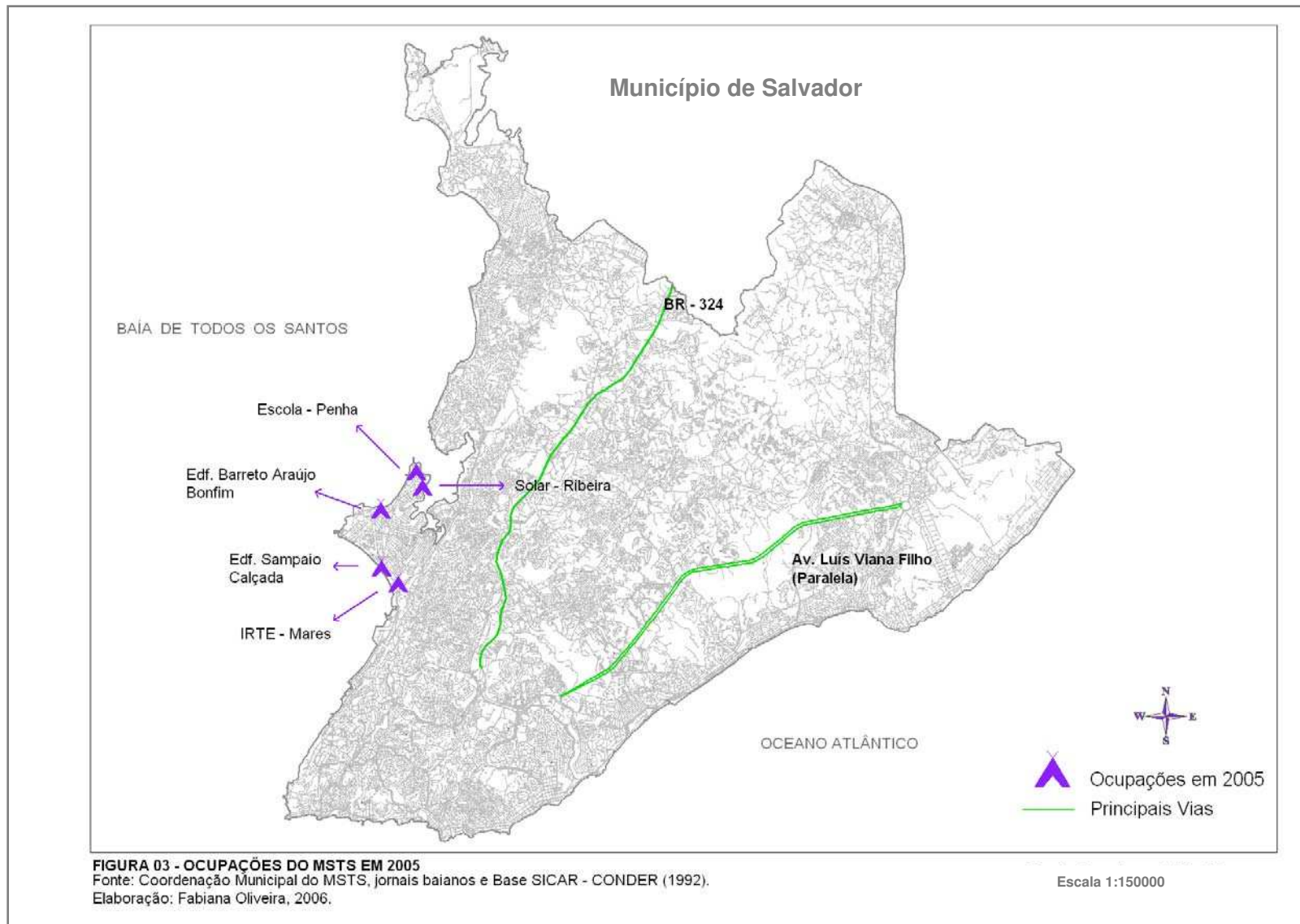
Quadro 3 - Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) em 2005.

Mês	Ocupação	Bairro/ Local	Imóvel	Proprietário	Duração da Ocupação	Quantidade de Famílias	Motivo da desocupação
Janeiro	Barreto de Araújo	Bonfim – Cidade Baixa	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	160	Permanece até hoje
Fevereiro	Escola	Penha – Cidade Baixa	Casarão	Desconhecido	Permanece até hoje	80	Permanece até hoje
	Solar (Museu)	Ribeira – Cidade Baixa	Casarão	Proprietário Particular (Associação)	05 dias	50	Acordo
	IRTE	Mares – Cidade Baixa	Clínica	Proprietário particular	Permanece até hoje	40	Permanece até hoje
	Edifício Sampaio – 1ª ocupação	Calçada	Prédio	Proprietário particular	Sem informação	85	Sem informação
Agosto	Edifício Sampaio – 2ª ocupação	Calçada	Prédio	Proprietário particular	Sem informação	20	Sem informação

Fonte: Coordenação Municipal do MSTS e Jornais baianos.

Elaboração: Fabiana Oliveira, 2006.

Situação em Julho/2006.



Embora o ato de ocupar novos imóveis tenha cessado desde agosto de 2005, a luta do MSTS não parou. O Movimento continua a se expandir, mas também perde alguns integrantes que desistem da espera pelo sonho da casa própria e das dificuldades da vida nos acampamentos e voltam a conviver com suas famílias, ou em outras situações de total abandono social. Outros decidem se desintegrar e formar novo movimento, desvinculado do MSTS, como o ocorrido em 2003 com o Movimento Dois de Julho que mantém uma ocupação na cidade. Porém, a atuação do MSTS permanece, mantendo as ocupações já existentes e o diálogo com os órgãos de governo responsáveis pela questão habitacional como a SEHAB, a CONDER e o Ministério das Cidades.

Além disso, o MSTS tem agregado algumas ocupações existentes em Salvador, após estas serem motivo de desocupação ou reintegração de posse. O caso mais recente é o da desocupação de uma delicatessen em Stela Mares, na orla marítima, ocorrida em julho deste ano quando o MSTS tomou a causa para si envolvendo-se nas negociações de modo a auxiliar na busca por uma solução para aquelas famílias que, ao ficarem desabrigadas, ocuparam a alameda da praia local. Tais famílias foram cadastradas no Movimento passando a integrar-se a este.

4.3.2 Das ocupações atuais, dois casos exemplares

De acordo com informações da Coordenação Municipal do MSTS, atualmente há 15 locais em Salvador ocupados pelo Movimento, totalizando nestes cerca de três mil famílias habitando em barracos e cômodos minúsculos, desprovidos de qualquer espécie de conforto, em prédios e terrenos antes abandonados na cidade. Destas ocupações, seis permanecem desde 2003 que são as localizadas na Estrada Velha do Aeroporto, em Lobato, na BR-324 (Metrô), num prédio na Soledade, em um terreno do bairro de Pirajá e a do prédio da Fábrica Toster na Baixa do Bonfim. Ressalta-se que quatro destas ocupações já existiam e foram integradas ao MSTS conforme Quadro 1.

A primeira ocupação do MSTS ocorreu num terreno abandonado localizado no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto, numa área periférica da cidade, próxima ao bairro de Mussurunga, conforme já enunciado. Desde 2003, no momento da primeira ocupação, as características do acampamento da Estrada Velha do Aeroporto são representativas de um grande bolsão de pobreza e total desconforto (Foto 10). Em ruelas apertadas localizam-se barracos de madeira e lona, dispostos sobre uma encosta, servindo de abrigos para os integrantes do Movimento. Uma verdadeira favela, com todas as características de subnormalidade, sem água encanada, sem soluções de esgotamento sanitário, energia clandestina, sem banheiros, não há nada que lembre um lar (Foto 11).

“Aqui não é só um Movimento dos Sem Teto. Aqui é um Movimento Sem Nada. Porque aqui ninguém tem trabalho, não tem casa, não tem nada. [...]” (Denise Alves Pinto, em entrevista, 2006)



Foto 10: Vista frontal da ocupação da Estrada Velha do Aeroporto. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 11: Barraco na Estrada Velha do Aeroporto. (Fabiana Oliveira, 2006)

Um fato no mínimo curioso é que no local da ocupação da Estrada Velha do Aeroporto estão sendo construídas duzentas e quarenta e duas moradias para integrantes do MSTS, no entanto, cerca de setenta famílias permanecem no local, em parte da área, uma vez que segundo as mesmas, elas não teriam para onde ir. Assim, em comum acordo com a CONDER, tais famílias permanecerão no terreno até que as casas fiquem prontas. Segundo a CONDER¹, será construído um galpão dividido em cômodos de 12m² para abrigar cada uma destas famílias, com cozinha e

¹ Entrevista realizada pela autora com Sandra Sanches, socióloga da Conder em agosto/2006.

banheiro coletivo, enquanto a obra estiver sendo realizada. Houve um momento em 2003, segundo a coordenação, em que mais de 500 famílias viveram ali.

Em outra área da cidade, num bairro tradicional que abriga uma população de classe média alta, num clube que se encontrava abandonado, encontra-se hoje cerca de oitenta e cinco famílias de sem teto morando. O Clube Português da Pituba foi ocupado pelo MSTs por duas vezes, sendo que na primeira houve a desocupação decorrente de uma reintegração de posse. Porém, a reocupação ocorrida em maio de 2004 mantém-se desde então, apesar de alguns embates com o poder público, uma vez que trata-se de área de alto valor imobiliário, hoje pertencente ao Poder Municipal.

Neste Clube, as famílias se instalaram e construíram barracos de madeira, não muito diferentes daqueles encontrados na Estrada Velha (Foto 13). A diferença consiste no ambiente em que se localizam, no fato de não estarem dispostos sobre o chão de barro, de haver a cobertura já existente no Clube e de estar num bairro bem estruturado e de frente para o mar. Junto aos barracos armazenam-se materiais a serem reciclados, uma fonte de renda de grande parte dos membros do Movimento (Foto 12). No cotidiano deste acampamento, próximas às piscinas que se encontram abandonadas, sem condições de uso, mulheres lavam roupas, crianças brincam, outros conversam.



Foto 12: Barracos e material para reciclagem na área interna do Clube Português. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 13: Barracos montados na área externa do Clube Português. (Fabiana Oliveira, 2006)

A ocupação do Clube Português tem um histórico de embates e vitórias. Trata-se da ocupação de maior visibilidade, uma vez que se localiza numa área de grandes interesses imobiliários. Questionados quanto como ocorre a relação entre o MSTs e os moradores da Pituba, os coordenadores afirmaram que há um desconforto natural, mas que também há uma convivência sem conflitos.

“Normalmente há uma compreensão da comunidade. Claro que existe um ou outro indivíduo que discrimina, mas não há nenhuma relação conflituosa que marcou. Óbvio que na questão do Português há um mal estar, porque, afinal de contas as pessoas pagaram ali R\$ 90.000,00, R\$ 80.000,00 por uma vista para o mar e olham para uma favela, elas não queriam ver uma favela.” (Naécio Cleon, em entrevista, 2006)

“Parece que lá não existia assaltos e depois que a gente ocupa o Clube todos os assaltos que ocorrem culpam os sem-teto, como se os sem-teto fossem ladrões, vagabundos, mas estamos revertendo esse quadro mostrando que nós somos pessoas de bem, trabalhadoras, o que queremos é nossa casa, nosso direito garantido pela Constituição. Aos poucos algumas pessoas param, em geral onde nós estamos, por ver que a gente está ali fazendo um bem para eles também, porque quando a gente chega em um local, o local está abandonado, escuro, sujo, cheio de ratos, servindo até para assassinatos, uso de drogas, aí a gente limpa, dá vida ao local, luz, água, traz renda pro comércio local, por que são muitas famílias que vão morar ali de vez, assim as pessoas começam a apoiar a gente.” (Carla Alvim, em entrevista, 2006)

A Prefeitura Municipal de Salvador mantém um acordo com o MSTs de que as famílias não serão retiradas do local até que suas casas possam ser construídas. No mês de abril deste ano o Governo Estadual se comprometeu a construir oitenta e cinco casas para todas as famílias que ocupam o Clube Português. Estas serão construídas em Valéria, um bairro distante do Centro de Salvador onde tem sido construídos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda da cidade, inclusive para integrantes do MSTs.

4.3.3 Formas de luta e organização, e a relação do MSTS com outras organizações populares na cidade

Em seus aspectos gerais, os movimentos sociais se expressam através de formas variadas de enfrentamento dos problemas cotidianos, tais como: passeatas, saques, comitês contra o desemprego, comissões de fábricas, invasões, quebra-quebras, associações diversas, etc. O desencadear de um movimento tem como suposto: a materialização das contradições sociais; a existência de uma relação; a existência de objetivos a realizar; a existência de formas estratégicas de enfrentamento; e a existência de confrontos entre classes. (SOUZA, 1993, p.101)

O Movimento dos Sem Teto de Salvador é hoje um movimento social urbano organizado, possuindo um Regimento Interno, onde se estabelece sua missão e princípios, as instâncias de direção, disposições gerais e normas de convivência para aqueles que se tornam seus integrantes, desde o primeiro momento do cadastro de filiação, mas que possui fragilidades e limites, especialmente no tocante ao controle de algumas atuações de seus membros, como em algumas ocupações que são realizadas sem o conhecimento e apoio de toda a coordenação. Após o 1º Congresso do MSTS, realizado em Janeiro de 2005, o Movimento expandiu-se e tornou-se de âmbito estadual. Assim, o Regimento Interno serve de referência para todo o Movimento seja no âmbito estadual, municipal, ou local, em cada uma das ocupações.

Territorialmente o MSTS é organizado em núcleos e ocupações. Atualmente o Movimento mantém quinze ocupações na cidade, em terrenos e prédios antes abandonados e cinco Núcleos, locais destinados à reuniões do MSTS e ao cadastramento de novos integrantes. De acordo com a Coordenação Municipal, estes núcleos localizam-se nos bairros de Cajazeiras, Lobato, Pirajá, Fazenda Coutos e Periperi. Nos núcleos, os cadastrados no Movimento passam a acompanhar toda a trajetória de luta deste, e também, nestes locais eles são preparados para futuras ocupações.

Em sua luta, o Movimento não dispensa a ocupação de prédios e terrenos que não cumprem função social na cidade, conforme prevê os instrumentos legais

como o Estatuto da Cidade e a própria Constituição Federal, por acreditar que tal ato “se legitima quando o Estado nega o direito à moradia a milhões de famílias, contribuindo para a degradação da qualidade de vida.” (Regimento Interno MSTB, 2005, 01)

Para integrar-se ao MSTS há algumas regras a serem respeitadas. A primeira delas é não possuir casa própria. Qualquer pessoa que tenha interesse em integrar-se ao Movimento pode fazê-lo, desde que não seja possuidor de uma moradia. Hoje o MSTS possui um cadastro, onde cada integrante fornece seus dados pessoais e ainda é obrigado a entregar cópias de documentos como o RG, CPF e Antecedentes Criminais à coordenação do Movimento.

“O primeiro critério é ser sem teto, não possuir casa própria. Depois são apresentados documentos originais e xerox de RG e CPF que ficam com a coordenação. Cada ocupação tem a coordenação que guarda esses documentos. De três em três meses é solicitado às pessoas atestado de antecedentes criminais, obrigatório. Assim, preenche-se a ficha de cadastro do Movimento.” (Carla Alvim, em entrevista, 2006)

“A gente tem um cadastro. As pessoas para fazerem parte do Movimento dos Sem Teto elas são obrigadas a fazerem uma ficha de cadastro sócio-econômico.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

O MSTS não possui uma ficha de cadastro padrão para utilização em todas as ocupações. No início, tal cadastro era feito em folhas comuns de papel, sem organização. Hoje, a depender do local, núcleo ou acampamento, há uma maior organização neste cadastro, com alguns possuindo um modelo específico, como é o caso do Núcleo de Cajazeiras.

“Para se cadastrar no Movimento é preciso que as pessoas sejam realmente sem teto, idôneas. Tem um cadastro geral e tem o de Cajazeiras que é específico daqui. No início existia uma certa desorganização no movimento, mas agora tem um cadastro que as pessoas preenchem e têm que apresentar o carimbo “da furtos e roubos” e antecedentes criminais, xerox da identidade, CPF.” (Jhones Bastos, em entrevista, 2006)

Outros ainda fazem o cadastro em cadernos comuns, como é o caso da ocupação dos galpões da Leste no bairro da Calçada. Os dados informados no cadastro, subsidiam o Movimento no controle dos seus integrantes e para fins de

identificação do contingente populacional participante do MSTs. Os cadastrados são em sua maioria, os responsáveis por famílias sem teto, porém pessoas solteiras não são rejeitadas, caso queiram integrar-se ao Movimento. No entanto, até o presente momento, a coordenação municipal não têm o controle de todos os cadastros realizados nas ocupações e núcleos, uma vez que os mesmos encontram-se dispersos nestes locais, sob responsabilidade dos coordenadores de cada ocupação ou núcleo.

No Regimento Interno as normas de convivência são maioria, correspondendo aos Artigos 12 a 29, num total de 29 artigos. Cada integrante do MSTs se propõe a acatar o Regimento, as decisões coletivas, a participação nas atividades do Movimento, ou seja, não é obrigado a viver em ocupações, porém, quem mora nestas têm prioridade quando são construídas casas para o Movimento. Há listas com o registro de participação nas reuniões.

Dentre as estratégias de organização do MSTs identificam-se algumas inspiradas em outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A condução do Movimento, em termos gerais, organiza-se em seis instâncias de direção que são as Brigadas, a Coordenação Local, Assembléia Local, Coordenação Municipal, Coordenação Estadual e o Congresso. Toda ocupação deverá ser dividida em Brigadas que administrará e será responsável pelo imóvel ocupado pelo período de uma semana, em regime de revezamento, assumindo assim durante sua gestão a responsabilidade pela limpeza, portaria, segurança, e outras atividades que envolvam a coletividade, não sendo permitida a remuneração por serviços prestados à ocupação de qualquer membro da Brigada.

“Isso aí é mais uma experiência dos Sem Terra. Copiamos um pouco dessa experiência, onde eles com o passar do tempo vão substituindo a coordenação por brigadas. Então nós temos as duas coisas, por exemplo, no acampamento do Clube Português, além da coordenação local, nós dividimos as pessoas em 4 grupos, que são os grupos denominados de brigadas. Cada grupo desse tem 15 pessoas, aí, em cada semana um grupo desse busca estar organizando toda a situação desse acampamento, desde a segurança, a limpeza, é isso.” (Idelmário Proença, em entrevista em 2006)

A Coordenação Local, é a instância de direção constituída em cada ocupação sendo responsável pela fiscalização e orientação do trabalho das Brigadas, composta por três membros eleitos em Assembléia pelos integrantes da ocupação, com mandato de um ano e direito à reeleição, acrescida de um representante por Brigada. No caso dos Núcleos, as Coordenações serão compostas de três membros, acrescido de mais um por cada cinquenta presentes na Assembléia convocada para a eleição da coordenação local. Para o Movimento, só poderão se candidatar à coordenador local “aqueles com passado ético não questionável e que tiveram participação ou que estejam ingressando em algum tipo de curso de Formação Política pelo Movimento promovido”. (Regimento Interno MSTB, 2005, p. 03)

A Assembléia Local que tem a função de discutir e decidir sobre as questões que envolvem a ocupação é composta por todos os membros maiores de dezesseis anos da ocupação ou do Núcleo, sendo passível de convocação tanto pela Coordenação Local, quanto por abaixo-assinado de 30% dos moradores.

A Coordenação Municipal é, no caso do MSTB, a instância de direção mais importante, por ter a função de discutir e decidir sobre as questões que envolvem o Movimento no âmbito municipal, prestar assistência às ocupações e núcleos da cidade, obedecendo ao disposto no Regimento Interno. Esta Coordenação é composta por todos os membros da Coordenação Estadual do MSTB que residem no município, acrescido de um membro de cada ocupação ou núcleo. Em Salvador a Coordenação Municipal atual é composta por 21 membros, dentre os quais oito são mulheres.

Além da Coordenação Municipal há a Coordenação Estadual, à qual cabe decidir sobre questões que envolvam o Movimento em todo o Estado, bem como prestar assistência aos municípios, e o Congresso, que é “a instância máxima de deliberação do Movimento, e será realizado a cada 3 (três) anos, convocado pela Coordenação Estadual, com a função de elegê-la, decidir sobre o Regimento Interno e deliberar sobre todas as questões referentes ao Movimento.” (Regimento Interno MSTB, 2005, p.04)

Os atores sociais responsáveis pela formação do MSTS afirmam serem integrantes do Movimento por acreditarem na causa da luta pela moradia. Atribui-se a Jhones Bastos, Pedro Cardoso, Idelmário Proença e João Dantas a organização do MSTS. Outros, como Naécio Cleon, morador do bairro de Cajazeiras integrou-se ao Movimento devido as relações de apoio ao mesmo para a confecção de documentos, como ofícios, criação do símbolo do MSTS, e por acreditar em sua importância. Muitos estão desempregados e afirmam que hoje dedicam sua vida ao Movimento, sem emprego fixo, vivendo de auxílios de companheiros de luta como alguns sindicatos. Quando o MSTS se originou, alguns viviam em casas alugadas ou em coabitação com seus pais, irmãos, familiares.

De acordo com a Coordenação Municipal do MSTS, os locais a serem ocupados são escolhidos com cautela desde que o Movimento se organizou. Primeiro é feito um levantamento do local por uma comissão de coordenadores, com o objetivo de verificar há quanto tempo e porque o imóvel está abandonado, quem é o proprietário, quantas pessoas cabem e se o mesmo está cumprindo a função social da propriedade urbana.

“Primeiro é feito um levantamento do local, há quanto e porque está abandonado, de quem é o prédio. Alguém comunica, coordenador ou outro membro a existência de prédios abandonados e é feito um levantamento e uma comissão de coordenadores vai vistoriar o local, quantas pessoas cabem, **se tem função social**. Quem decide é a coordenação.” (Carla Alvim, em entrevista, 2006, grifo nosso)

“[...] Depois que a gente tem todas as informações em mãos a gente marca o dia da ocupação, principalmente **se a gente detectar que o prédio está literalmente abandonado, sem nenhum fim social**.” (Jhones Bastos, em entrevista, 2006, grifo nosso)

“Temos uma comissão que faz uma avaliação. Nós temos um critério dentro do movimento adotado desde o seu início, que o movimento dos sem teto até para que tenha apoio da opinião pública ele não poderia andar fazendo ocupações indiscriminadas, ou aleatórias, então primeiro a gente faz toda uma pesquisa. Se o prédio tem um fim social, se está abandonado, quanto tempo, então assim, **é condição básica da gente ocupar imóveis que não tenham fim social**.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006, grifo nosso)

As decisões do MSTS são definidas a princípio em reuniões entre os coordenadores municipais, realizadas quinzenalmente, para planejar e apontar os encaminhamentos. Em seguida, realizam-se assembléias em que todos os

integrantes devem participar, para deliberarem juntos. Nos acampamentos as reuniões são semanais, normalmente à noite para que todos possam participar. A participação dos integrantes nas reuniões é uma prerrogativa importante para os mesmos, definida inclusive no Regimento Interno.

“Para as pessoas receberem as casas, por exemplo, é preciso que passem pelas assembléias, reuniões, passeatas, tudo isso conta ponto. Tem um cronograma que conta ponto da participação do povo.” (Relato de Jhones Bastos, em entrevista, 2006)

Sendo um movimento social, o MSTS não possui registros formais, no entanto, afirma estar organizando a Associação dos Trabalhadores Sem Teto, uma entidade paralela que se encontra atualmente na fase final de legalização. Pretende-se com a Associação qualificar mão-de-obra com cursos profissionalizantes e qualificar os diversos cidadãos sem teto com cursos de formação política. De acordo com a coordenação do Movimento, o objetivo desta Associação é também resolver um dos seus maiores problemas, a sustentabilidade, uma vez que o MSTS não dispõe de recursos para se manter.

A Associação dos Trabalhadores Sem Teto teria a prerrogativa de captar recursos junto à iniciativa privada, à organizações não governamentais e aos órgãos públicos para construir casas, e conseqüentemente oferecer uma oportunidade de trabalho ao sem teto, utilizando mão-de-obra própria. Assim, o Movimento se beneficiaria com a aquisição de recursos destinados à organizações sociais, possibilitando o acesso à moradia à maior parcela de integrantes que lutam diariamente pela casa própria. Espera-se com esta Associação angariar recursos do Programa Crédito Solidário do Governo Federal.

A captação de recursos para o Movimento é considerada bastante problemática, segundo a coordenação municipal. Apenas o Núcleo de Cajazeiras cobra mensalidade dos seus integrantes, no valor de R\$2,00 (dois reais). A coordenação afirma que o apoio financeiro é conseguido com sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), após solicitações formais por ofício, porém nem sempre é possível tal apoio. Outras organizações populares, como a Federação das Associações de Bairros de Salvador e a União por Moradia Popular, colaboram

quando solicitadas, com transporte e alimentação em casos de viagens, para participação de eventos em Salvador ou em outras cidades do país.

Há alguns meses, simpatizantes do Movimento criaram uma comunidade no Orkut – um *site* de relacionamentos da Internet – destinada a reunir outros simpatizantes do MSTS e divulgar eventos de interesse através da rede mundial. Evidentemente que a circulação dessas informações não tem como público alvo os integrantes, face a realidade de exclusão que vivenciam. No entanto, já se discute com pessoas interessadas em ajudar na organização e divulgação do MSTS, a possibilidade da construção e manutenção de um *site* próprio, com informações sobre o Movimento à disposição daqueles que têm acesso à Internet.

É fácil notar que o diálogo entre o MSTS com outras organizações da sociedade civil envolvidas na luta por moradia ainda é muito pequeno. Há relatos da coordenação municipal de que o Movimento tem uma relação cordial com a União por Moradia Popular, com o Movimento Dois de Julho, com a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e com outros movimentos sociais da cidade, no entanto não há uma agenda de discussões sobre a temática que os envolve. O MSTS preza muito por sua autonomia e destaca a sua luta, sem desconsiderar a de outros movimentos, porém sem uma relação mais próxima, embora alguns de seus coordenadores reconheçam a necessidade das parcerias.

“Então hoje eu poderia dizer assim a você que estamos cada vez mais próximos de estabelecer parcerias tanto com a União de Moradia Popular, com a CMP, com o MNLN. Já há uma discussão nesse sentido. Fizemos um seminário há um mês atrás com a União e com o Movimento Dois de Julho, aonde a gente pretende ampliar cada vez mais, trazendo para esta parceria outros movimentos a exemplo da FABS, da CONAM, isso é o que a gente anseia. Eu diria assim que isso poderá estar ajudando a resolver o problema do déficit habitacional, porque a bandeira da Reforma Urbana não pode ser obra de um único movimento desse.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

A história do Movimento é documentada e registrada por alguns de seus integrantes nas ocupações e nos núcleos. As matérias publicadas em jornais e revistas são copiadas e guardadas pelos coordenadores como Carla Alvim, que mantém um material considerável de informações deste tipo sobre o Movimento. Há ainda um filme do cineasta argentino radicado na Bahia, Carlos Pronzato,

documentando a trajetória inicial do MSTS. Assim, com o acúmulo de materiais diversos acerca do Movimento, o MSTS poderá ele mesmo, a partir destes registros, “contar” a sua história, sua atuação, lutas e significância na cidade.

“A gente faz todo o esforço de estar sempre guardando toda a documentação de jornais, documentos elaborados por nós mesmos, cartilhas do movimento sem teto, atas, tudo isso a gente vem guardando, a gente tem uma cópia.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

Em meio a tantos coordenadores, nota-se algumas divergências, diferenças de opiniões, em especial no que tange às ocupações, à atuação do Movimento frente à morosidade dos acordos estabelecidos com o Poder Público e às opções políticas partidárias.

“E com relação as divergência tem, é natural que todo movimento tenha divergências, as pessoas não são obrigadas a pensarem iguais. Há pessoas que vê a necessidade tanto da ocupação quanto do diálogo, mas tem aqueles que só pensam no momento da radicalização, no momento da ocupação e desprezam a necessidade do diálogo, e isso tem servido para que as divergências tenham se intensificado.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

Embora o MSTS afirme não ser apoiado, nem apoiar declaradamente qualquer partido político, há coordenadores que militam por determinados partidos, geralmente àqueles de tendência a esquerda. Notam-se alguns problemas quanto a estas opções partidárias, normalmente nos períodos eleitorais.

“Hoje, para mim, a cada dia que passa fica mais claro que tem posições diferenciadas dentro do MSTS. Primeiro há aqueles que preservam a autonomia do Movimento dos partidos políticos, de tendências políticas, há aqueles que querem fazer do Movimento um simples apêndice de um partido ou de determinada posição política. Eu sou radicalmente contra isso. Para mim, o Movimento, embora cada um tenha suas preferências políticas eu tenho a minha, mas tenho que respeitar a autonomia do Movimento porque tem pessoas ali que tem as suas. Isso é motivo de divergências.” (Idelmário Proença, em entrevista, 2006)

O discurso da maioria dos membros da coordenação deixa claro que cada coordenador ou simples membro do MSTS é livre para apoiar quem quer que seja, porém, não se deve fazer isso em nome do Movimento, uma vez que o MSTS deve ser autônomo, para que não haja dificuldades de negociações com as organizações governamentais.

4.4 O MSTs a luz dos dados oficiais

Os órgãos públicos oficiais em Salvador envolvidos com a questão da habitação, Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB) e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), mantém um diálogo e uma relação mais próxima com o MSTs, uma vez que estas são as instituições procuradas pelo Movimento para o atendimento de suas reivindicações, sendo a SEHAB no âmbito Municipal e a CONDER no âmbito Estadual.

A SEHAB reconhece o MSTs como o principal interlocutor do movimento de moradia em Salvador e o considera como legítimo representante dos segmentos de baixa-renda, que pertencem à estatística do déficit habitacional quantitativo e qualitativo. De acordo com esta Secretaria, a relação entre o MSTs e a mesma é aberta e transparente, sendo que, quando solicitadas, as audiências com a Secretária de Habitação são realizadas de imediato. Para João Pereira², assessor técnico da SEHAB, “o diálogo tem como parâmetro a co-responsabilidade na estruturação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.”

Segundo a SEHAB, o MSTs contribui para o enfrentamento do problema de moradia em Salvador “na medida em que organiza e mobiliza a sociedade no sentido de pautar a discussão em torno da habitação de interesse social e da reforma urbana”. (João Pereira, em entrevista, 2006)

Assim, as reivindicações do Movimento têm sido assimiladas por esta instituição através do diálogo.

“[...] a SEHAB tem apreendido muito com os movimentos de moradia. Na sua diversidade, vigor e militância. E juntos, (SEHAB e movimentos) têm realizado programas e projetos como o Crédito Solidário e a implantação do Conselho e do Fundo Municipal da Habitação.” (João Pereira, em entrevista, 2006)

² Em entrevista realizada pela autora, em agosto de 2006.

Quanto aos prédios ocupados pelo MSTS, de acordo com esta Secretaria foi feito um estudo para verificar a possibilidade de transformá-los em habitação de interesse social, com apoio técnico e financeiro do Ministério das Cidades. No entanto, “esta alternativa se mostrou inviável, visto que as dívidas, principalmente no âmbito trabalhista eram muito grandes.” (João Pereira, em entrevista, 2006)

Em julho de 2005 a SEHAB realizou um cadastro socioeconômico nas ocupações do MSTB na cidade. No entanto, tal cadastro não considerou o fato de que, em Salvador o MSTS mantém-se com esta denominação, e o considerou como MSTB, embora só tenha cadastrado as ocupações da capital. De acordo com este cadastro, na época em questão, foram encontradas cerca de 1.500 famílias morando nos acampamentos. Eram 14 (quatorze) locais de ocupação intensiva e 04 (quatro) núcleos, totalizando naquele período 18 (dezoito) locais marcados pela presença do Movimento.

As ocupações foram cadastradas e mapeadas (ANEXO A), identificando-se a concentração de moradores sem teto em prédios abandonados na região localizada entre o Comércio e a Península de Itapagipe, com sete ocupações de prédios nesta área, três na região Central da Cidade (Campinas de Brotas, Carlos Gomes e Dois Leões), uma na Soledade, uma no Clube Português na Pituba e duas ocupações na região do Miolo de Salvador (Estrada Velha do Aeroporto e Bom Juá - BR 324/Metrô), com a presença de barracos sobre os terrenos não edificadas.

A SEHAB destacou que as instalações em que se acomodavam os sem teto, (Foto 14) em sua maioria não se apresentavam como alternativa de habitabilidade, com exceção de três destas ocupações que são as do Prédio da Alfred em Roma, o prédio da Toster na Baixa do Bonfim, e o prédio da Soledade. Os barracos improvisados não se restringem somente aos terrenos ocupados, eles são o local de moradia também dentro de galpões de antigas fábricas e dos prédios, separando as famílias em cômodos onde são partilhados os diversos ambientes comuns a uma habitação: sala, cozinha e quarto, sendo o banheiro coletivo, quando há banheiro. Já o prédio da Soledade (Foto 15) apresentava-se como uma exceção dentre as

ocupações do MSTs, por haver um padrão de apartamento simples, com cômodos separados.



Foto 14: Vista dos barracos na ocupação do Metrô. (SEHAB, 2005)



Foto 15: Vista frontal do prédio ocupado na Soledade. (SEHAB, 2005)

Com este cadastramento verificou-se o perfil social dos chefes de família integrantes do MSTs. Destes, 54% são mulheres. A maioria de cor parda e negra (47 e 41%, respectivamente). Destacam-se os baixos índices de escolaridade, sendo que 59% dos integrantes possuem como nível escolar apenas o 1º grau incompleto, e somente 6% concluiu o nível médio. Predomina entre os chefes de famílias sem teto pessoas da faixa etária adulta, com idade entre 18 e 53 anos, aproximadamente 88%, sendo a maioria composta de solteiros. (SEHAB, 2005)

Constatou-se que, além de moradia, as famílias cadastradas necessitavam de assistência social e propôs a iniciativa de uma ação intersetorial e integrada entre diversas Secretarias Municipais [além da própria SEHAB, com a SEDES, com a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e com a Secretaria Municipal de Saúde], considerando mais urgente as ações na área de saúde, principalmente para mulheres e crianças.

Uma característica comum nas ocupações, ressaltada pela Secretaria, é a existência de fogão improvisado com restos de madeira. As instalações elétricas funcionam através do conhecido “gato” de energia. No tocante à ocupação, emprego e renda, predominavam entre os sem teto os trabalhadores autônomos, catadores

de material reciclável, diaristas, empregadas domésticas e vendedores ambulantes além dos que afirmaram fazer biscates para obter renda e de haver uma grande parcela de desempregados.

Este cadastro identificou também a situação da habitação anterior dos integrantes do MSTs. É alto o índice de famílias sem teto que residiam em moradias plurifamiliares, caracterizando assim a coabitação familiar. Muitos moravam de favor ou em casas alugadas. Quanto à tipologia do material empregado na moradia anterior, predomina a alvenaria, porém há casos de famílias que residiam em barracos de madeira.

Na análise técnica da SEHAB, a partir deste cadastramento sinaliza-se a possibilidade de os prédios da Toster e da Alfred ocupados pelo MSTs virem a ser utilizados para moradia com o apoio do Governo Federal (Ministério das Cidades) e o seu programa de revitalização dos centros urbanos.

No caso da Soledade, a alternativa poderia ser a combinação de preservação do patrimônio histórico com a cessão de moradia mediante regras específicas de assentamento, no entanto, tal alternativa só poderá ser acionada pelo estado da Bahia a quem pertence o imóvel. Nos demais casos os problemas ora são os custos com reforma e manutenção que inviabiliza a implantação de um programa de habitação de interesse social, ora são as vocações distintas exercidas pelos imóveis a exemplo do Clube Português. (SEHAB, 2005)

Alguns coordenadores municipais do MSTs contestam este cadastro efetuado pela SEHAB que registrou cerca de 1.500 famílias vivendo em ocupações no município, por considerar que o mesmo foi realizado em horários onde a maioria dos sem teto não seria encontrada, já que muitos saem durante o dia em busca de trabalho. De acordo com o Movimento, este número é subestimado, pois afirmam que a quantidade real de sem teto morando nas ocupações é de 3.000 famílias.

No âmbito Estadual, o órgão que mantém uma relação mais próxima com o MSTs é a CONDER, por ser esta instituição a responsável pela execução das construções habitacionais do governo estadual. No entanto, a CONDER não dispõe de dados específicos sobre o Movimento, como algum cadastro socioeconômico. Assim, considera como integrantes do MSTs o número informado pelas lideranças

deste, cerca de 3.000 sem teto vivendo nas ocupações do Movimento. Segundo a CONDER, o MSTs representa os movimentos de luta pela moradia em Salvador, uma vez que tem sido este o que mais tem lutado pela obtenção da casa própria para a população de baixa renda na cidade, nos últimos três anos.

Tal instituição afirma que há um canal de negociações aberto às lideranças do MSTs, com reuniões freqüentes, visando ouvi-los e buscando atender as suas reivindicações.

Quanto aos locais ocupados pelo Movimento, de acordo com a CONDER foram realizados alguns estudos no sentido de verificar a possibilidade de transformá-los em moradias populares, entretanto, nem sempre é possível. No caso da Estrada Velha do Aeroporto (EVA), por exemplo, a área foi desapropriada para a construção de um conjunto habitacional e algumas famílias que lá estavam permanecerão no local durante a execução das obras. “Por outro lado, existem em todos os casos questões jurídicas, técnicas e fundiárias que muitas vezes inviabilizam a transformação da área ocupada em moradias populares.” (Sandra Sanches, em entrevista, 2006)

A CONDER realiza cadastro apenas das famílias que serão beneficiadas pelos projetos habitacionais executados pela mesma. Os cadastros são acompanhados pelas lideranças do Movimento, que indicam as famílias que terão prioridade nesta conquista. “Em todo caso, são elaborados estudos técnicos e sociais de viabilidade. Após aprovado, outros estudos se seguem, tanto relativo a parte física [projetos] como sócio ambiental [pesquisa sócio econômica e ambiental das famílias].” (Sandra Sanches, em entrevista, 2006)

Os recursos dos projetos de moradias populares executados pela CONDER são oriundos do Governo Federal, com contrapartida do Estado. São os chamados programas subsidiados como o Crédito Solidário, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e a Resolução 460. Para todos existem normas e procedimentos. O Estado é responsável por uma parte dos recursos e pela execução das obras, e a Caixa Econômica Federal (agente financeiro) libera os recursos parceladamente, no processo de acompanhamento da execução das obras

e das ações sociais. A Secretaria Estadual de Combate à Pobreza (SECOMP) também tem contribuído para o atendimento desta demanda, disponibilizando recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

“O Estado através da CONDER está atendendo um total de 767 famílias ligadas ao MSTs. São obras sendo executadas para construção de unidades habitacionais em Valéria, EVA e São Francisco do Conde (Caípe).” (Sandra Sanches, em entrevista, 2006)

As unidades habitacionais que estão sendo construídas em São Francisco do Conde não se destinam ao MSTs, mas sim ao moradores da cidade que vivem sobre dutos da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), e que são integrantes do MSTB. A falta de áreas disponíveis em Salvador para a construção de moradias populares é ressaltada, tanto pela CONDER quanto pela SEHAB, como o maior problema para o atendimento das reivindicações dos movimentos de moradia. Assim, de acordo com a CONDER pensa-se em buscar novas áreas disponíveis à construção de habitações para a população de baixa renda em outros municípios da Região Metropolitana de Salvador, porém ainda não há de fato nenhuma ação neste sentido.

A CONDER ressalta que tem captado recursos para o atendimento desta demanda e considera razoável o número de aproximadamente 500 unidades disponibilizadas para membros do MSTs na cidade, sendo: 100 unidades em Valéria, das quais 70 estão prontas; 242 a serem construídas na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto e 85 destinadas às famílias do Clube Português, em acordo firmado pelo Governo do Estado em abril deste ano.

Segundo a CONDER, o MSTs contribui para o enfrentamento do problema de moradia em Salvador, ao se articular e buscar parcerias em sua luta para a resolução desta questão. Denota-se que a relação existente entre o órgão do governo municipal, SEHAB e o do governo estadual, CONDER, restringe-se apenas a discussões em reuniões junto ao MSTs, sem haver uma parceria efetiva que busque ampliar as possibilidades de atendimento à população que clama por uma habitação digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo ressaltou a necessidade de ampliar o olhar sobre as questões sociais que envolvem a cidade, como o problema da falta de moradia para muitos. Conhecer os atores sociais do meio urbano, suas atuações e significados é enriquecedor para quem se dedica ao estabelecimento de alternativas que possam vir a melhorar a qualidade de vida das pessoas nas cidades, garantindo que a população possa discutir políticas públicas que tornem reais os direitos assegurados legalmente.

Este trabalho permitiu constatar que, à medida que o Estado Brasileiro confirma o direito à moradia através de diversos instrumentos legais, ele se compromete a criar e implantar mecanismos que tornem possível o acesso à habitação a todos os seus cidadãos, inclusive definindo políticas públicas que priorizem a parcela da população que não dispõe de meios financeiros suficientes para pagar os altos custos da moradia por conta própria.

Se na prática isso não acontece, diante dos sérios problemas vividos no cotidiano dos ambientes urbanos, em especial pelas classes de renda menos favorecidas, como a falta de moradia ou a existência de situações inadequadas desta, a mobilização coletiva da população diante do Estado reivindicando os seus direitos, é legítima, necessária e possível de transformar a situação de extremas dificuldades e desigualdades em conquistas reais. Os instrumentos legais existem, no entanto eles não são respeitados.

Alternativas mobilizadoras de grupos como as dos movimentos sociais urbanos são importantes, ao menos para ressaltar a problemática existente, apontando as contradições e imperfeições do sistema desigual, que por vezes, utiliza os recursos públicos para aplicação em empreendimentos voltados principalmente àqueles que poderiam pagar os custos habitacionais, e exigir que se atentem para o real problema a fim de combatê-lo, ou se não, para amenizá-lo.

Assim, considera-se que a mobilização pela moradia na capital baiana, destacada neste trabalho pela atuação do MSTS nos últimos três anos, é de importância relevante e considerável. Este Movimento se utiliza de métodos que proporcionam meios de discussão sobre o problema habitacional na cidade, por vezes de forma imediata, através da ocupação de prédios e terrenos vazios. Assim, o Estado é pressionado a dialogar com o MSTS no sentido de discutir e buscar alternativas que possam vir a transformar a situação dos sem teto.

Ao se questionar sobre a eficácia desses atos no que se refere a provocação de mudanças, não se pode negar o seu papel de constituição de uma sociedade civil mais ativa e crítica, de repercussão na opinião pública, de construção de espaços públicos onde os vários atores expressam suas percepções e proposições e exigem o estabelecimento de meios viáveis de acesso à habitação para aqueles que sempre estiveram à revelia das benesses urbanas.

O MSTS se consolidou em Salvador, se expandiu e ainda amplia sua atuação para outros municípios, desde que se transformou em Movimento dos Sem Teto da Bahia, mas sua luta nesta cidade permanece, inclusive agregando ocupações já existentes. No entanto, ainda mantém um certo distanciamento de outros grupos organizados que atuam nas lutas populares pela moradia e pelo direito à cidade, o que denota a necessidade de reflexão acerca de tal situação, no sentido de ampliar suas parcerias e tornar mais forte a sua bandeira de luta.

Em termos qualitativos pode-se considerar que o Movimento é organizado, no sentido de que dispõe de instrumentos como o Regimento Interno que define regras de participação, normas de convivência, instâncias de direção e critérios quanto às ocupações. No entanto, divergências internas entre suas lideranças impedem que haja um controle completo, o que gera algumas ações isoladas que fogem ao controle da coordenação e dificulta as negociações já estabelecidas com o Poder Público.

Além disso, deve-se valorizar mais a necessidade de ações que possam qualificar os seus diversos integrantes politicamente, uma vez que se percebe que alguns destes pouco sabem da causa do Movimento, dos rumos que o mesmo tem

tomado e assim, mantém-se com esperanças de que o problema de moradia vai ser resolvido de uma hora para outra. Se isso não acontece, a população frustrada tende a se distanciar do MSTS diminuindo assim a sua força.

Questões que demonstram a busca por reconhecimento do MSTS perante à sociedade referem-se à tentativa de ocupações de imóveis que não cumprem sua função social na cidade, e do estabelecimento de uma “política de boa vizinhança” nos locais ocupados. A princípio, eles se sentem rejeitados e discriminados em virtude da ocupação, uma vez que alguns moradores da área se incomodam com esses “novos vizinhos”. No entanto, a luta do Movimento não necessariamente significa o interesse pelo imóvel ocupado. Tal fato, em algumas situações é verdadeiro, mas em outras o objetivo é essencialmente chamar a atenção do Poder Público, induzindo à oportunidades de diálogo com este em torno da questão habitacional.

Em termos quantitativos, os resultados das manifestações do MSTS na cidade são tímidos, porém não são desprezíveis e o próprio Movimento tem consciência disso, inclusive valorizando suas conquistas. Até o momento, concretamente, cerca de 70 unidades habitacionais foram construídas no bairro de Valéria e 15 unidades no bairro de Lobato, voltadas para os integrantes, em virtude de suas reivindicações. Outras se encontram em fase de construção, algumas inclusive há mais de dois anos, o que ocasiona diversas mobilizações para a sua finalização.

Sem uma política pública na cidade voltada para a construção de unidades habitacionais para quem não dispõe de casas, estas conquistas do MSTS são impactantes sim, na medida em que se observa que grande parte das ações em habitação em Salvador são voltadas apenas para melhorias de unidades já existentes, como o Programa Viver Melhor do governo estadual, e o de Urbanização de Assentamentos Precários da SEHAB, ou seja, há muito tempo não se constrói moradia popular na capital baiana para atender o déficit quantitativo.

O primeiro acordo que o Movimento realizou com as três esferas de governo, ainda em 2003, previa a construção de 720 unidades habitacionais. Até o momento

somente 10% destas estão concluídas, localizadas em Valéria, um bairro da periferia da cidade, situado próximo a um dos extremos do Município. A razão para a escolha do local, segundo os órgãos competentes, decorre do fato da inexistência de áreas disponíveis em Salvador em bairros mais próximos à área central da cidade. Estas casas são entregues às famílias sem o acabamento interno, com pintura apenas na fachada (APÊNDICE C).

Considerando que moradia não é só casa, em Valéria ainda falta muito para o bairro transformar-se em um local de moradia satisfatório, uma vez que a infraestrutura local, até então insuficiente, de certa forma mantém a população distante dos bens necessários ao bom viver na cidade. O conjunto habitacional construído para os sem teto fica numa área onde a via de acesso ao mesmo é desprovida de pavimentação, o transporte público é insuficiente e os equipamentos coletivos são escassos, conforme queixam-se os moradores do local. A população que lá se encontra necessita manter a sua luta, só que desta vez para alcançar de fato condições dignas de habitar.

Destaca-se que em Vila Valéria, onde foram construídas as primeiras 70 unidades habitacionais para o MSTS, através do Programa Federal Pró-Moradia, o empreendimento é voltado para o atendimento de 642 famílias, porém nem todas são integrantes do Movimento. De acordo com a CONDER, o número total de famílias integrantes do MSTS a serem beneficiadas por moradias construídas em Salvador é de aproximadamente 500 unidades, sendo a maioria no bairro de Valéria. No local, além das 85 casas a serem construídas para aqueles que ocupam o Clube Português, cerca de outras 100 unidades estão previstas para os sem teto do Movimento.

Deste total de 500 unidades, o número mais significativo é o de 242 novas habitações que estão com as obras prestes a serem iniciadas no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto, no mesmo local ocupado pelo Movimento há três anos, num terreno que foi desapropriado pelo Governo Estadual. Trata-se de uma conquista bastante valorizada pelo MSTS, por esta ocupação ser a originária do mesmo, configurando-se como um exemplo de que, com luta as possibilidades de vitória são maiores. A ocupação do Clube Português também saiu vitoriosa, uma vez que o

Governo da Bahia comprometeu-se a construir casas para atendimento de todas as famílias que lá se encontram.

Segundo a Coordenação Municipal do MSTS, os acordos conquistados até o momento são da ordem de aproximadamente 552 unidades habitacionais, todas viabilizadas pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e pela Resolução 460 que também prevê subsídio à população de baixa renda, sendo que, destas apenas 85 encontram-se prontas e entregues às famílias do MSTS nos bairros de Valéria e Lobato. Além disso, 200 unidades foram disponibilizadas ao MSTS pelo Programa Crédito Solidário, o primeiro programa do Governo Federal a juros zero, acessível à cooperativas e associações de moradores, neste caso, através do Instituto Brasil. Porém, diante do quadro, estas ainda não podem ser consideradas como “conquistadas” de fato. Segundo a SEHAB, a quantidade conquistada via Instituto Brasil é da ordem de 300 unidades habitacionais.

O MSTS continua se mobilizando, principalmente para que estes acordos se tornem realidade. No entanto, vale ressaltar a necessidade de o Movimento também propor alternativas, em vez de somente buscá-las, atentando-se para a existência de imóveis vazios em áreas consolidadas da cidade, no sentido de solicitar dos órgãos públicos dos três níveis de governo, que atuem em parceria de modo a tornar viável a transformação de alguns imóveis abandonados em moradia de interesse social. Se a questão da falta de terrenos e áreas vazias é constantemente ressaltada como uma das maiores razões para a dificuldade de implantação de programas de moradia popular na cidade, alternativas como esta podem ser importantes.

Além disso, parcerias efetivas entre o Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador devem ser discutidas e concretizadas, a fim de tentar diminuir o déficit habitacional do município, uma vez que ambos conhecem a causa do problema e até mesmo apontam a necessidade de verificar a possibilidade de áreas disponíveis à construção de moradias populares em outros municípios da região metropolitana, mas nada tem sido feito para tornar isso possível. Enquanto isso, a quantidade de sem teto em Salvador não pára de crescer, e as dificuldades de moradia também não.

Este trabalho se encerra após a sistematização dos dados sobre a trajetória do MSTS e a contribuição deste para enfrentamento do problema de moradia em Salvador, conforme era seu objetivo, no entanto, após aproximação desta realidade, várias foram às questões desvendadas tais como a falta de controle público quanto à existência de prédios abandonados que não cumprem sua função social na cidade; o nível de qualificação política de alguns membros do MSTS, capazes de participarem ativamente das discussões que envolvem a cidade; a necessidade de qualificar a grande massa de sem teto, para que se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres; a ausência de ação conjunta entre órgãos públicos municipais e estaduais capazes de enfrentarem com maior poder o déficit habitacional existente, dentre outras questões.

Desse modo, cumprida a tarefa inicial, novas tarefas surgiram, aliás como manda o bom “manual” de investigação científica. Assim, esta que foi uma pesquisa exploratória deverá subsidiar a caminhada na problematização desse fenômeno tão urgente de tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA HABITAT. Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos – Habitat II. Istambul, junho de 1996.

AGENDA 21. Agenda para o Desenvolvimento e Meio Ambiente. Assembléia das Nações Unidas, Rio de Janeiro, junho de 1992.

ALGO AINDA PULSA: Movimentos Sociais e Políticas Públicas. IN: **Cadernos do CEAS.** Salvador. Editorial. n. 211. Mai/Jun2004. Disponível em: <<http://www.ceas.com.br/cadernos/cc211ed.htm>>. Acesso em: 01 jun.2006

ALVIM, Carla. **Poesias de Carla Alvim MSTs.** Produção independente. (copiado da autora). Salvador, 2006.

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na cidade de São Paulo.** 2.ed. Observatório dos direitos do cidadão. São Paulo: Pólis / PUC – SP, 2002.

BOLETIM INFORMATIVO do Movimento dos Sem Teto de Salvador. Salvador: MSTs, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 22 mai.2006.

BRASIL. **Decreto Nº 5.796, de 6 de junho de 2006.** Regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5796.htm> Acesso em: 10. jul.2006.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** 3.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 273p.

BRASIL. Governo Federal. Infra-estrutura. Habitação. IN: **Prestação de Contas: Balanço 3 Anos de Governo. Relatório de 36 meses de governo.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/publicacoes/publicac_teste/bal3_habitacao_4.4.pdf> Acesso em: 02 jun.2006

BRASIL. **Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Olívio Dutra diz que Ministério das Cidades veio ocupar vazio institucional na abertura do FAL. 25 jan.2005.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=375&Itemid=0>> Acesso em: 03 jun.06.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação.** Caderno Mcidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CARTILHA DO MILITANTE Nº 1. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto MTST São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://mtst.info/cartilha>> Acesso em: 12.mai.2006.

CAMPOS, Maria Cristina S. de S. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar. IN: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** Coleção textos, n. 3. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), 1992.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ - FASE, 2000. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf> Acesso em: 20 mai.2006.

CARDOSO, Adauto Lúcio Cardoso e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coord.). **A Municipalização das Políticas Habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993–1996).** Relatório Final – Parte I. Avaliação de Desempenho dos 45 Municípios Estudados. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ – FASE, 1999.

CARVALHO, Inaiá M. M. e CODES, Ana Luiza Machado. Condições de Ocupação, Pobreza e Desigualdades. IN: CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.** Salvador: EDUFBA, 2006. p. 109-135.

CASÉ, Marcos. Ecos da resistência: Sem-teto mantêm ocupações e articulam com poder público soluções para assegurar a construção de casas. **Correio da Bahia**. Salvador, 24. abr. 2004. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/2004/04/24/noticia.asp?link=not000091754.xml>> Acesso em: 30. jun.2006

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Coleção Cidade em questão, 5. Porto/Portugal: Afrontamento, 1976.

CLAY, Vinícius. Sem-teto avaliam movimento em reunião na quarta-feira. **Correio da Bahia**. Aqui Salvador. Salvador, 18. jul. 2005. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/2005/07/18/noticia.asp?link=not000114438.xml>> Acesso em: 16. jun. 2006.

COSTA JÚNIOR, Jairo. Governo se compromete a construir casas para sem-teto. **Correio da Bahia**. Salvador, 28. abr. 2006. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/2006/04/28/noticia.asp?link=not000132799.xml>> Acesso em: 30. jun. 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Resolução n. 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

EVANGELISTA, Fernando. **A marcha dos invisíveis**. IN: Caros Amigos. São Paulo. Edição de aniversário. Ano VIII, n.85, p. 18-20, abril.2004.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Condições demográficas. IN: CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 55-82

FONSÊCA, Adilson. Parem a passeata. Hora de invadir: Dois mil sem-teto caminham do subúrbio à Praça Municipal e, em clima de arrastão, ocupam cinco prédios. **Jornal A Tarde**. Salvador, 13.mai.2004.

_____. Município tem defasagem de uma década em habitação. **Jornal A Tarde**. Salvador & região metropolitana. p.07. Salvador, 23. jul.2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. 2. ed. Belo Horizonte, 2004-2005. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Os sem-teto e os sem-terra no Brasil. IN: GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Sobre diversidade, ONGs e movimentos sociais em São Paulo**. Jan. 2004. Seção entrevista. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/7E34FE12A2C5303183256E210067A896?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=Entrevista>>. Acesso em: 07 jun.2006.

GOLGHER, André Braz. **Diagnóstico do processo migratório no Brasil 1: Comparação entre não-migrantes e migrantes**. Texto para Discussão N° 282. Fev. 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20282.pdf>>. Acesso em: 21 mai.2006.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. **Desafios e limites do habitar**. Entrevista. IN: Revista do CREA – Ba. Edição n. 11. Abril/maio/junho. Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao_11/entrevista_angela_gordilho.asp> Acesso em: 29 jun.2006.

GRUPO INVADE CASARÃO EM SALVADOR. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 03.set.2003. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=432>> Acesso em: 12.jun.2006.

I CONGRESSO DO MOVIMENTO SEM TETO DE SALVADOR/BAHIA. **Quem somos nós e para onde vamos? Contribuição ao debate**. Salvador: MSTs, 2005.

JACOBI, Pedro e Nunes, Edison. Movimentos Populares Urbanos, poder local e conquista da democracia. IN: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1985. p. 165-198

KOWARICK, Lúcio (Org). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2. ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LANG, Alice Beatriz da S. G. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. IN: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. Coleção textos, n. 3. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), 1992.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/Conleg/estudos/107075.pdf>> Acesso em: 14 mai.2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Habitação em foco: Estado e movimentos populares – organizando uma interlocução. Entrevista. IN: **Caderno do CEAS**. Salvador: CEAS, n.146, Jul/Ago, 1993. p. 10-19.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **O direito à cidade**. 2003. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=7&menupid=31&menutp=conheçaoministério>> Acesso em: 08. mai.2006.

_____. **Conselho das Cidades: Participação cidadã na política de desenvolvimento urbano.** Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. IN: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Cidade, Povo e Poder.** Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1985. p. 14-29.

MOURA, Milton. Organizações Populares, Cultura e Habitação em Salvador. IN: GORDILHO-SOUZA, Angela (Org.). **Habitar Contemporâneo: Novas questões no Brasil dos anos 90.** Salvador: UFBA / Lab-Habitar, 1997. p.225-235.

MSTS DEVE OCUPAR PRÉDIO DE FÁBRICA NA CIDADE BAIXA. **Jornal A Tarde.** Salvador, 03. mai. 2004. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=1113>> Acesso em: 30. jun. 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Os Miseráveis e a Ocupação dos Espaços Públicos.** Salvador: Cadernos do CRH, v.30/31, p.111-134. jan/dez. 1999.

PACHECO, Élcio. **Despejos forçados ou reintegrações de posse com uso da força policial no panorama da reforma agrária e na perspectiva dos Direitos Humanos.** 21 jun.2005. Disponível em: <<http://mndh.blogspot.com/2005/06/despejos-forados-ou-reintegraes-de.html>> Acesso em: 24 jul.2006.

ROCHA, Nikas. Sem-teto conseguem trégua de 10 dias: Ocupantes do Hotel Paulus enfrentam ação de reintegração de posse pelo proprietário e adiam saída. **Jornal A Tarde.** Local. Salvador, 27.abr.2004. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia_impressao.php3?id_materia=4355&ano=2004&mes=04&id_subcanal=17> Acesso em: 16.jul.2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Direito à moradia é direito humano?** Bahia Análise e Dados. Salvador, v. 14, n. 1, jun. 2004, p. 197-207. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/direitos_humanos/17_cibelemaria_rodrigues.pdf> Acesso em: 16 mai.2006.

REGIMENTO INTERNO DO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA – MSTB.
Salvador: MSTB, 2005. 8 p.

ROLNIK, Raquel e SAULE JÚNIOR, Nelson. Habitat II – assentamentos humanos como tema global. IN: BONDUKI, Nabil (org). **Habitat: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SALVADOR. **Decreto nº 12.970, de 18 de janeiro de 2001.** Aprova o Regimento da Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB).

_____. Lei nº 6.099, de 20 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a concessão de uso especial para fins de moradia, alienação e avaliação de imóveis, cria o Fundo Municipal de Habitação, FMH e dá outras providências. **Diário Oficial do Município.** Salvador, 20 de fevereiro de 2002. Atos do Poder Legislativo, p.02.

SANTANA, Andréia. Movimento dos Sem-Teto prepara novas lideranças. **Correio da Bahia.** Salvador, 07. mar. 2004.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O direito à moradia como responsabilidade do Estado Brasileiro. In: SAULE JÚNIOR, Nelson (Coord). **Direito à cidade: trilhas legais para o direito à cidades sustentáveis.** São Paulo: Editora Max Limonad, 1999.

SAULE JÚNIOR, Nelson e CARDOSO, Patrícia. **Direito à moradia no Brasil – Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro.** São Paulo: Pólis, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=166> Acesso em: 03 jan. 2006.

SEHAB. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Habitação: **Relatório 2001-2004.** Salvador: SEHAB, 2004.

_____. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Habitação: **Cadastro Socioeconômico do Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB.** Salvador: SEHAB, jul.2005.

_____. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Habitação: **Principais realizações em 2005**. Salvador: SEHAB, 2006.

_____. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Habitação: **Prioridades de ações para 2006**. Salvador: SEHAB, 2006.

SEM-TETO VÃO ÀS RUAS NA BAHIA. **Jornal do Estado**. Curitiba, 22. ago.2003. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=396>> Acesso em: 13.jun. 2006.

SEM-TETO VOLTAM A INTERDITAR PISTA NA ESTRADA VELHA. **Jornal A Tarde**. Salvador, 29. jan. 2004. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=930>> Acesso em: 30. jun.2006.

SEM TETO SE ORGANIZA COMO FORÇA POLÍTICA. **Jornal A Tarde**. Salvador, 02 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=938>> Acesso em: 30. jun.2006.

SEM-TETO AMEAÇADOS DE DESPEJO INVADEM HOTEL PAULUS. **Correio da Bahia**. Salvador, 05. abr. 2004. Disponível em: <<http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=1064>> Acesso em: 30. jun. 2006.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. (Orgs.) **São Paulo: o povo em movimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.

SOUZA, Angela Gordilho e PEREIRA, Gilberto Corso. Condições de Moradia e Infra-estrutura Urbana. IN: CARVALHO, Inaiá M. M. e PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 137-153

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4.ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Luiza de. Conjuntura Social – Movimentos sociais e política social. IN: SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TEIXEIRA, Ana Cláudia e TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais: os desafios da participação. IN: **Caderno do Observatório dos Direitos do Cidadão**. Caderno 25. São Paulo: Pólis, 2005. Disponível em: <http://polis.org.br/obras/arquivo_197.pdf > Acesso em: 03 jan.2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da participação cidadã**. Salvador: Cadernos do CRH, v. 26/27, p. 179-209, 1997.

_____. Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento. IN: LUZ, Ana Maria de Carvalho e LIMA, Paulo Costa. (Org.). **Quem Faz Salvador**. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 244-250.

TRIGO, Maria Helena Bueno e BRIOSCHI, Lucila Reis. Interação e comunicação no processo de pesquisa. IN: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. Coleção textos, n. 3. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), 1992.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIANA, Natália. **A revitalização que degrada**. IN: Caros Amigos. Ano IX, n.105, p. 30-33, dez.2005. São Paulo.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas Semi-estruturadas



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

Pesquisa: MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador: trajetória e contribuições do movimento para o enfrentamento do problema de moradia na capital baiana.

Pesquisadora: Fabiana Oliveira Pereira

Orientadora: Prof^ª. Cleide Magáli

Roteiro de Entrevistas Semi-estruturadas

Entrevistado. Vamos falar um pouquinho de você...

1. Nome, Idade, Escolaridade, Estado Civil? Se possuir companheira (o), ela(e) participa do MSTs?
2. Como conheceu o movimento? Quando se integrou a ele?
3. O que fazia nessa época? E hoje, trabalha em que?
4. Porquê é integrante do MSTs?
5. De que modo participa do movimento (coordenador, membro integrante, outro)?
6. Você foi ou ainda é um sem-teto ou já possuía ou possui casa própria? Possui casa, desde quando? Como era sua habitação anterior à integração ao MSTs? (Ex.: unifamiliar, alugada, de alvenaria)? Mora em alguma ocupação do MSTs? Qual?
7. Para você, qual a importância do Movimento dos Sem Teto de Salvador?
8. Você já pensou em sair do movimento ou, até quando pretende continuar no MSTs?
9. É militante de algum partido político? Qual?
10. Você acha que um dia pode candidatar-se a algum cargo político? Qual? Porque?

Sobre o MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador

História

11. Quando surgiu o MSTs? Como foi a organização do movimento?
12. Quem foi, ou quais pessoas foram as responsáveis pela formação do MSTs?

13. Qual foi a primeira ocupação? Qual o critério da escolha do lugar para a primeira ocupação? Porquê aquele lugar?
14. Quais eram as demandas do MSTS no momento das primeiras ocupações?
15. Na primeira ocupação, de quê modo se conseguiu mobilizar ou motivar pessoas para o ato?
16. Como foi no começo para agregar as pessoas, as famílias?

Organização, Estratégias

17. Hoje como ocorre a escolha dos locais a serem ocupados? Quais os critérios? Quem decide?
18. Existe um sistema de filiação dessas pessoas ou famílias como membros do movimento? (Ex.: 2003, quando famílias ocuparam o prédio (ou galpão) da Leste). Desde quando? Como se faz?
19. Vocês utilizam lemas, palavras de ordem... Essas coisas normais num movimento? Quais? Quando?
20. Como se organiza o movimento: coordenação geral, coordenadores por ocupação..., Como funciona?
21. E as decisões do movimento, quem participa, qualquer integrante ou apenas os coordenadores? Há reuniões, com que frequência? Como são escolhidos os coordenadores?
22. O MSTS possui algum estatuto, regras? Quais?
23. O movimento possui algum registro formal (CNPJ, ou outro)? Qual? Desde quando? Porquê?
24. Além das ocupações há núcleos, ou outras formas de organização e mobilização? Qual o objetivo, como e onde funcionam estes?
25. Vocês precisam de recursos financeiros para o movimento? Como o movimento se capitaliza, como consegue esses recursos? Por exemplo, para participar de eventos de interesse do movimento em Salvador ou em outras cidades como vocês fazem? Qual a fonte de recursos?
26. O MSTS possui página na internet, e-mail ou comunidade no Orkut? Através de que (ou quem)? Porquê, qual a importância dessas ferramentas para o movimento?
27. Como se documenta, se registra a história do MSTS? Isso já foi organizado?

Sobre os integrantes

28. Há critérios para ser integrante do MSTS? Quais?
29. Quantos são os integrantes do MSTS hoje? E quando começou, quantos eram? E o MSTB, tem quantos integrantes?
30. Quais motivos levariam uma pessoa a ser expulsa do movimento? Já ocorreu expulsões, porquê?

Relações do MSTS

31. Na sua opinião, o quê ou quem pode ser considerado o grande adversário para o MSTS?
32. Como o movimento se relaciona com órgãos do governo (SEHAB, Prefeitura, CONDER, outros órgãos do Governo Estadual e MCidades)?
33. E com intelectuais, estudiosos? Vocês são procurados por eles? Como ocorre essa relação?
34. E com a sociedade em geral, como é a relação entre o MSTS e os seus “vizinhos” nos locais de ocupação?
35. Quanto aos donos de prédios ou terrenos ocupados, como ocorre essa relação pós-ocupação?
36. Há alguma relação com outros movimentos de luta pela moradia em Salvador, no estado ou no país? Quais?
37. Já aconteceram brigas internas normais que levaram a rompimentos? Dissidências? Você poderia falar um pouco?
38. E nos momentos de reintegração de posse? Como acontecem? Como a coordenação reage? E as famílias como reagem?
39. Como tem sido a atuação policial nos momentos de ocupação e de reintegração de posse?
40. O movimento é apoiado por algum partido político ou se relaciona com algum? Qual? Como?

Impactos

41. Vocês já tiveram acesso ou conhecem os dados oficiais quanto ao déficit habitacional de Salvador?
42. O MSTS já passou a ser MSTB (de âmbito estadual)? Desde quando e porquê? Como ocorre isso? O que você pensa disso?
43. Quantas são as ocupações hoje em Salvador? Em que locais da cidade?
44. Quais os critérios para aquisição de casas quando estas são garantidas para o movimento? Quem tem preferência?
45. Para você, qual a função social da propriedade urbana?

Conquistas

46. O que conseguiram em termos de acordos, promessas dos órgãos públicos desde então? Quando conseguiram?
47. E de concreto, quantas famílias deixaram de ser sem teto a partir das conquistas do movimento? Onde se localizam as casas?
48. De onde vieram essas casas (prefeitura, estado ou união)?
49. Qual esfera de governo que mais contribuiu para atendimento das demandas do MSTS?

50. Qual a visão do movimento perante essas casas (lhes agradou: localização, estrutura, tamanho)?
51. As famílias beneficiadas permanecem com suas casas?
52. Há algum acordo esperando para ser efetivado? De que se trata?
53. Qual a visão do movimento para os programas atuais existentes para a área de moradia (PAR, crédito solidário)?
54. Há ações de assistência de órgãos públicos para os sem teto do MSTs? Quais e de quais órgãos (SEHAB, SECOMP)?
55. O MSTs está satisfeito com o que conseguiu até agora?
56. O movimento possui propostas para solucionar o problema da moradia em Salvador para a população sem-teto da cidade? Quais?
57. Alguma proposta já foi encaminhada há algum órgão público? Qual órgão/que proposta? Obteve resposta?

APÊNDICE B - Trajetória de ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador, desde 2003.

Data	Ocupação	Bairro / Local	Imóvel	Proprietário	Duração da Ocupação	Quantidade de Famílias	Motivo da desocupação
28/06/2003	Ocupação do grupo de moradores de Mussurunga.*	Estrada Velha do Aeroporto (Miolo de Salvador)	Terreno	Área de preservação ambiental	22 dias	100	Área de preservação ambiental
20/07/2003	1ª ocupação do MSTs	Estrada Velha do Aeroporto (Miolo de Salvador)	Terreno	José Albam	Permanece até hoje	720 morando no local e 5.000 cadastradas.	Permanece até hoje
01/09/2003	1ª ocupação de edifício em Salvador pelo MSTs – Prédio da Leste Brasileira	Comércio – Cidade Baixa	Prédio	Governo Federal	01 semana	80	Reintegração de posse
Setembro/2003	Lobato	Lobato – Subúrbio Ferroviário.	Terreno	Governo Estadual	Permanece até hoje	150 morando e 3.000 cadastradas	Permanece até hoje
Setembro/2003	Metrô	BR 324	Terreno	Governo Municipal	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
Setembro/2003	Soledade	Soledade	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	30	Permanece até hoje
Setembro/2003	Pirajá	Pirajá	Terreno	Particular - Família Martins Catarino	Permanece até hoje	80	Permanece até hoje
25/09/2003	Edifício Lord	Carlos Gomes	Prédio	Proprietário particular	03 meses	80	Reintegração de posse.
21/10/2003	UFBA	Carlos Gomes	Prédio	Governo Federal	02 meses	40	Reintegração de posse.
10/12/2003	INSS	Sete Portas	Prédio	Governo Federal	08 dias	80	Reintegração de posse.
18/12/2003	Praça da Sé	Centro	Praça	Praça pública	03 dias	80	Acordo com a Prefeitura
19/12/2003	Fábrica Toster	Baixa do Bonfim – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
21/12/2003	Motel na Barroquinha	Barroquinha	Motel	Proprietário particular	02 dias	80	Acordo com a Prefeitura
23/12/2003	Chácara	Escada – Subúrbio Ferroviário	Pe. Gaspar	Proprietário particular	45 dias	80	Acordo
04/01/2004	Casas alugadas	Valéria	Casas	Proprietário Particular	01 ano	80	Acordo
27/01/2004	Mesbla	Calçada – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	01 ano	260	Reintegração de posse
27/01/2004	Supermercado	Amaralina	Prédio	Proprietário particular	01 mês	150	Reintegração de posse
Fevereiro/2004	1ª ocupação do	Pituba	Clube		02 meses	150	Reintegração de posse

Data	Ocupação	Bairro / Local	Imóvel	Proprietário	Duração da Ocupação	Quantidade de Famílias	Motivo da desocupação
	Clube Português		social				
12/03/2004	Campinas de Brotas	Brotas	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	50	Permanece até hoje
05/04/2004	Hotel Paulus	Pituba	Prédio	Proprietário particular	01 mês	150	Reintegração de posse
22/04/2004	Alfred	Roma – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	Permanece até hoje	400	Permanece até hoje
05/05/2004	2ª ocupação do Clube Português	Pituba	Clube social	Prefeitura?	Permanece até hoje	85	Permanece até hoje
13/05/2004	Fábrica de Gelo	Calçada – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	06 meses	70	Reintegração de posse
13/05/2004	Boate	Comércio – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	06 meses	50	Reintegração de posse
13/05/2004	Enoch Silva	Comércio – Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	04 meses	50	Reintegração de posse
13/05/2004	Edifício Rajada	Comércio – Cidade Baixa	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	70	Permanece até hoje
13/05/2005	Almoxarifado Ministério Fazenda	Água de Meninos	Prédio	Governo federal	-	-	-
15/05/2004	Galpão da Leste	Calçada – Cidade Baixa	Galpões	Governo Federal	Permanece até hoje	200	Permanece até hoje
Novembro/2004	Conselho Tutelar	Dois Leões	Casarão	Governo Municipal	Permanece até hoje	70	Permanece até hoje
18/12/2004	Creche	Massaranduba – Cidade Baixa	Escola	Proprietário particular	01 mês	50	Reintegração de posse
Janeiro/2005	Barreto de Araújo	Bonfim – Cidade Baixa	Prédio	Desconhecido	Permanece até hoje	160	Permanece até hoje
12/02/2005	Casarão	Penha – Cidade Baixa	Casarão	Desconhecido	Permanece até hoje	80	Permanece até hoje
16/02/2005	Solar	Ribeira – Cidade Baixa	Museu	Associação	05 dias	50	Acordo
Fevereiro/2005	Edifício Sampaio – 1ª ocupação	Calçada Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	-	50	-
Fevereiro/2005	IRTE	Mares – Cidade Baixa	Clínica	Proprietário particular	Permanece até hoje	40	Permanece até hoje
Agosto/2005	Edifício Sampaio – 2ª ocupação	Calçada Cidade Baixa	Prédio	Proprietário particular	-	-	-

Fonte: Coordenação MSTS e jornais baianos.

APÊNDICE C – CONJUNTO HABITACIONAL CONSTRUÍDO EM VALÉRIA PARA INTEGRANTES DO MSTs



Foto 1: Casas construídas pela CONDER.
(Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 2: Vista das casas. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 3: Rua principal. (Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 4: Vista das casas do alto da Rua principal.
(Fabiana Oliveira, 2006)

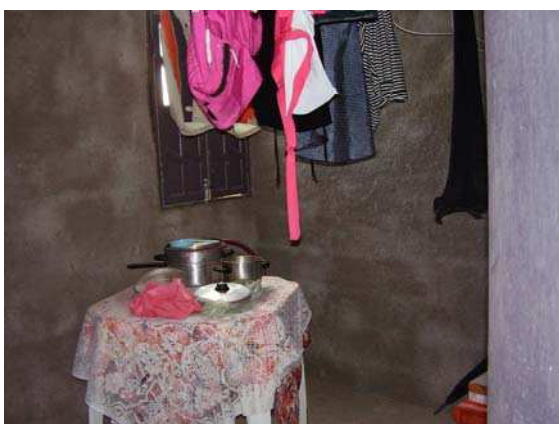
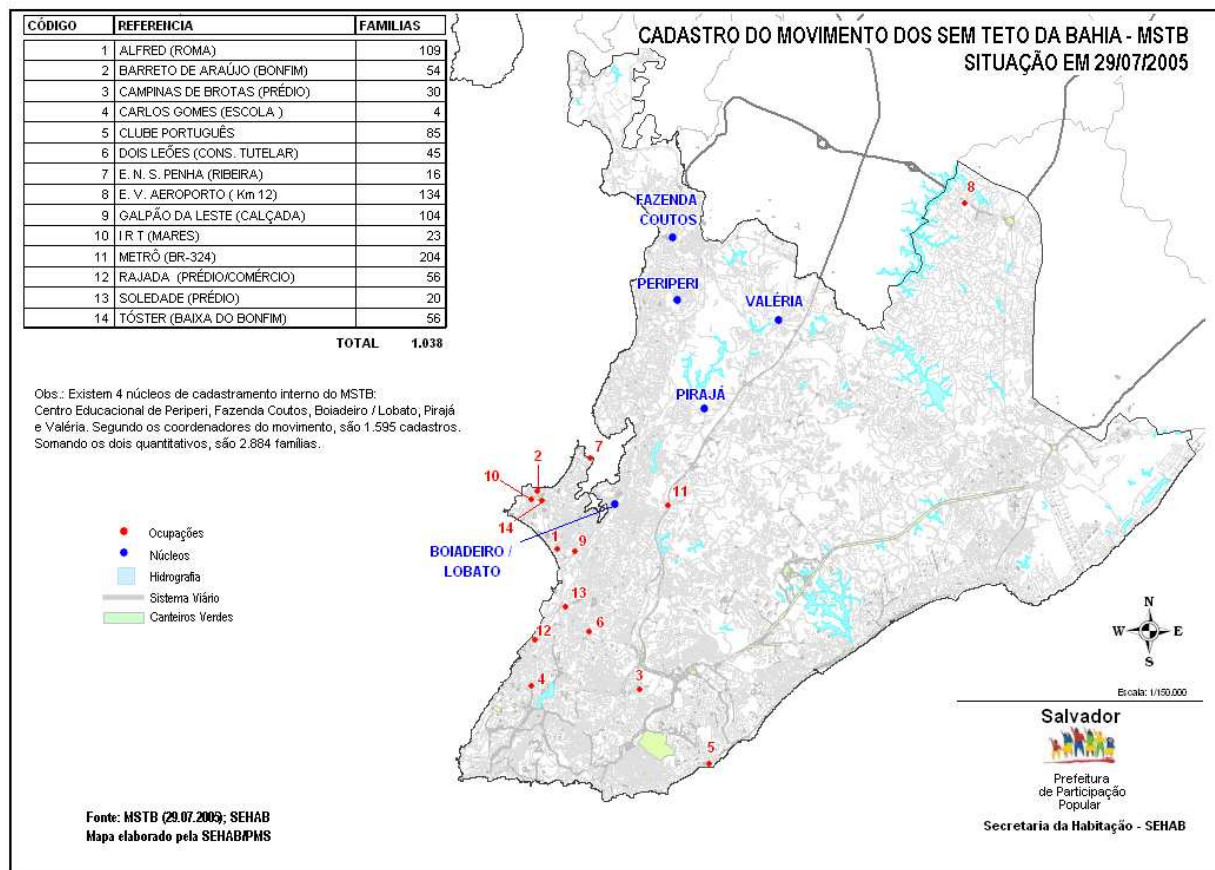


Foto 5: Quarto utilizado como extensão da cozinha.
(Fabiana Oliveira, 2006)



Foto 6: Área interna sem revestimento nas paredes. Quarto.
(Fabiana Oliveira, 2006)

ANEXO A - Mapeamento do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)¹



Fonte: Cadastro Socioeconômico do MSTB (SEHAB, 2005)

¹ Nota-se alguns equívocos na tabela localizada no mapa acima, quanto ao número de famílias em algumas ocupações, uma vez que a soma não corresponde à quantidade situada ao lado do nome destas ocupações, nem ao número de 1.500 famílias, quantidade de sem teto informada pela Secretaria em entrevistas à jornais impressos. Observa-se também um equívoco quanto à localização da ocupação da Estrada Velha do Aeroporto no mapa.